

INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES
CURSO DE ESTADO-MAIOR CONJUNTO

2011/2012



TII – VERSÃO PROVISÓRIA

O “REGIME DAS ILHAS” NA CONVENÇÃO DE MONTEGO BAY

DOCUMENTO DE TRABALHO

O TEXTO CORRESPONDE A TRABALHO FEITO DURANTE A FREQUÊNCIA DO CURSO NO IESM SENDO DA RESPONSABILIDADE DO SEU AUTOR, NÃO CONSTITUINDO ASSIM DOUTRINA OFICIAL DA MARINHA PORTUGUESA / DO EXÉRCITO PORTUGUÊS / DA FORÇA AÉREA PORTUGUESA / DA GUARDA NACIONAL REPUBLICANA.

PEDRO ALEXANDRE DA SILVA MELO
CTEN AN



INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES

O “REGIME DAS ILHAS” NA CONVENÇÃO DE MONTEGO BAY

CTEN AN Pedro Alexandre da Silva Melo

Trabalho de Investigação Individual do Curso de Estado-Maior Conjunto
2011/2012

Versão provisória

Lisboa – 2012



INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES

**O “REGIME DAS ILHAS” NA CONVENÇÃO DE
MONTEGO BAY**

CTEN AN Pedro Alexandre da Silva Melo

Trabalho de Investigação Individual do Curso de Estado-Maior Conjunto
2011/2012

Orientador:

CTEN Paulo Alexandre Rodrigues Vicente

Lisboa – 2012

Agradecimentos

Em Fevereiro de 1995 iniciei o meu estágio de Aspirante embarcado a bordo do NRP “Jacinto Cândido”, com o intuito de efetuar a aprendizagem prática das funções de “Oficial de Quarto à Ponte”, de Oficial de Guarnição e de Oficial de Marinha Portuguesa. Fui então recebido e enquadrado pelo GMAR Rodrigues Vicente, que me norteou naquela tão importante fase da minha vida, ensinando-me todas as perícias da navegação, o espírito de missão, o “*talent de bien faire*” e o gosto pelo Mar. Uma vez mais, volta a ser o agora Comandante Rodrigues Vicente a guiar-me e a orientar-me pelos rumos seguros de um trabalho que se percecionava desafiante e cujo conselho avisado e a disponibilidade permanente o conduziram para porto seguro, sempre dentro dos azimutes de resguardo do rigor e da tenacidade.

Agradeço à 1TEN Ernestina Maria Silva a permanente disponibilidade para me fornecer a luz do enquadramento legal, elemento imprescindível para o presente trabalho, bem como a revisão do mesmo, a amizade e a confiança que sempre demonstrou.

À minha esposa o meu eterno obrigado pelo apoio, pelo ânimo e pela compreensão que ao longo de seis meses me ofereceu.

Às minhas filhas agradeço o sorriso incondicional.

Índice

Agradecimentos	ii
Índice	iii
Resumo	vi
Abstract.....	vii
Palavras-chave	viii
Lista de abreviaturas, siglas e acrónimos	ix
Introdução	1
a. Tema e contexto	1
b. Visão, objeto e delimitação	2
c. Questão central, questões derivadas e hipóteses	4
d. Percurso metodológico	4
1. Enquadramento legal	6
a. Regime das ilhas.....	6
2. Enquadramento concetual	9
a. Poder Nacional	9
b. Elementos do Poder Nacional	10
c. Território e recursos	11
3. Estudos de Caso	13
a. República Portuguesa – Arquipélago da Madeira – Ilhas Selvagens;.....	13
(1) Caracterização geográfica	13
(2) Antecedentes históricos.....	14
(3) Soberania territorial e recursos naturais	15
(4) <i>Quid juris?</i>	16
b. Reino de Espanha – Ilha de Alborán e Ilhas Chafarinas;.....	18
(1) Caraterização geográfica e histórica	18
(2) Soberania territorial e recursos naturais	19
(3) <i>Quid juris?</i>	21
1. Enquadramento Reino de Espanha.....	21
2. Enquadramento Reino de Marrocos	22
3. Direito Internacional Marítimo – Aplicação ao caso	22
c. República Federativa do Brasil – Arquipélago de São Pedro e São Paulo	26
(1) Caraterização geográfica	27
(2) Antecedentes históricos.....	28
(3) Soberania territorial e recursos naturais	28
(4) <i>Quid juris ?</i>	29

d. República Popular da China – Ilhas do Mar do Sul da China (Ilhas Paracel e Ilhas Spralty)	31
(1) Caraterização geográfica	32
(2) Antecedentes Históricos	35
(3) Soberania territorial e recursos naturais	36
(4) <i>Quid júris?</i>	37
4. Análise da Conflitualidade	41
a. Modelo	42
5. Medição e análise do trabalho	47
6. Conclusões e recomendações do trabalho	49
Bibliografia	53
Apêndice A – Enquadramento legal – Corpo de conceitos	A1
1. Evolução	A1
2. Portugal e o Direito Internacional Marítimo	A3
3. Conceitos	A4
4. Geopolítica internacional e a CNUDM	A7
Apêndice B – Enquadramento Poder Nacional – Corpo de conceitos	B1
1. Enquadramento	B1
2. Modelos matemáticos de quantificação do Poder Nacional	B3

Índice de Figuras

Figura 1 – Visão do trabalho. Fonte: Própria	2
Figura 2 – Localização Ilhas Selvagens. Fonte: (Carvalho & Leitão, 2005, p.270)	14
Figura 3 – Ilha Selvagem Grande. Fonte: <i>Google</i> imagens	16
Figura 4- Delimitação marítima Ilhas Selvagens. Fonte: Forumdefesa.net	17
Figura 5 – Ilha de Alborão. Fonte: <i>Google images</i>	19
Figura 6 – Ilhas Chafarinas. Fonte: <i>Google images</i>	19
Figura 7 – Área de prospeção petrolífera. Fonte: (Atmane, 2007, p.140)	21
Figura 8 – Mar de Alborão. Fonte: <i>Google earth</i> com legenda própria	23
Figura 9 – Delimitação marítima Mar de Alborão. Fonte: (Atmane, 2007, p.148).	25
Figura 10 – Vista aérea do ASPSP. Fonte: SECIRM	27
Figura 11 – Ilhas <i>Paracel</i> e Ilhas <i>Spralty</i> . Fonte: (Emmers, 2010, p.141)	33
Figura 12 – Ocupação das Ilhas <i>Spralty</i> . Fonte: (Emmers, 2010, p.143)	35
Figura 13 – Delimitação marítima. Fonte: (Emmers, 2010, p.142)	38

Figura 14 – <i>Conflict Cube</i> . Fonte: (Leng & Gochman, 1982, p.669).....	44
Figura 15 – Áreas fora das águas territoriais. Fonte: <i>Google images</i>	A4
Figura 16 – Limites do mar. Fonte (Böhm-Amolly, 2012, p.9)	A5

Índice de Tabelas

Tabela 1 – Categorização das hipóteses. Fonte: Própria	46
Tabela 2 – Tabela síntese da medição das disputas. Fonte: Própria.	47

Resumo

É comumente propalado e aceite que os mares são fonte de inesgotáveis recursos, e que a sua posse sempre constituiu uma fonte de conflitualidade entre os povos. Um dos aspetos contemporâneo desta disputa prende-se com a aplicação do “regime das ilhas” inscrito na Convenção de *Montego Bay*, onde a ambiguidade e subjetividade que lhe subjaz encontra diferentes perspectivas de aplicação em ordem aos superiores interesses dos Estados costeiros na procura de maiores zonas de soberania e da exploração de recursos.

Assim, duas ou mais perspectivas de aplicação do Direito do Mar por parte dos Estados costeiros resultam em linhas de interesses concorrentes, as quais encontram pontos de tangência que poderão representar fontes de eventuais conflitos, os quais pretendemos analisar e determinar qual a extensão de conflitualidade que encerram no seu âmago.

Ancorado no que precede, usamos o percurso metodológico proposto por *Quivy & Campenhoudt* (2008), recorrendo essencialmente a documentos oficiais, trabalhos e estudos de autores de referência sobre a temática em apreço, com a aplicação do nosso modelo de análise que versa na trilogia entre a caracterização histórica e geográfica, a soberania territorial e recursos naturais e a aplicação das normas de direito. Em complemento, e porque cada caso é um caso diferente, escolhemos aplicar aquele modelo a cinco casos de estudo sobre esta matéria, a saber: Ilhas Selvagens na Região Autónoma da Madeira, Ilha de *Alborán* e Ilhas *Chafarinas* pertencentes ao Reino de Espanha, Ilhas *Paracel* e Ilhas *Spralty* sitas no Mar do Sul da China e Arquipélago de São Pedro e São Paulo na República do Brasil.

Aplicamos um modelo de análise e medição de conflitualidade a cada um dos casos mencionados, o que nos permitiu apresentar os nossos termos e responder às questões que inicialmente formulámos, concluindo que não existe geração de conflitos associada à aplicação do “regime das ilhas” pelos respetivos Estados costeiros.

Na esteira do tema em mérito muito se tem escrito, estudado e analisado, em especial sobre a soberania territorial e a delimitação marítima. Contudo raras vezes sob a perspectiva da conflitualidade decorrente da aplicação do regime das ilhas, pelo que deixamos em aberto conclusões e recomendações que não se esgotam nem nos casos apresentados, nem na dimensão do presente trabalho, nem no modelo edificado.

Abstract

It is commonly accepted that the Seas are a source of inexhaustible resources, and its possession have always been a source of conflict between peoples. A contemporary aspect of this dispute concerns on the application of the "islands regime " embedded in the Montego Bay Convention, where ambiguity and subjectivity underlies different perspectives of application, in order to best interests of coastal States in the search for more areas of sovereignty and exploitation of resources.

Thus, two or more perspectives of implementing the Law of the Sea result in lines of competing interests, with points of contact that may represent sources of potential conflicts, which our aim is to analyze and determine the extent of those conflicts.

Anchored on the above, we use the methodological approach proposed by Quivy & Campenhoudt (2008), mainly using official documents, papers and studies of major authors on the subject, with the application of our analysis model which relates the trilogy between historical and geographical characterization, territorial sovereignty, natural resources and the application of the law of the sea. In addition, and because each case is different, we chose to apply that model to five case studies on this subject, namely: Ilhas Selvagens in the Autonomous Region of Madeira, Portugal, Albóran Island and Chafarinas Islands belonging to Spain, Paracel and Spratly Islands in the South China Sea and the Archipelago of São Pedro e São Paulo in the Republic of Brazil.

As a complement, we applied a model of conflict measurement and analysis of each of the cases mentioned above, which allowed us to present our terms and answer the questions that originally where formulated, concluding that there is no conflict generation associated with the application of the "islands regime " by the coastal states.

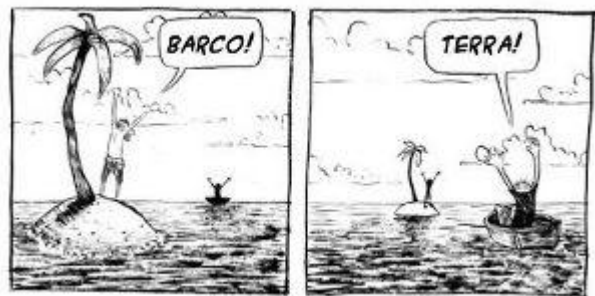
About this subject, much has been written, studied and analyzed, in particular on territorial sovereignty and maritime delimitation. Yet, rarely in the perspective of conflict arising from the application of the "islands regime", do we clearly conclude that the deductions and recommendations are not exhausted, nor in the cases presented, nor the size of this study, nor in the model built.

Palavras-chave

Arquipélago São Pedro e São Paulo; Conflito; Convenção de *Montego Bay*; Ilha; Ilha de *Alborán*; Ilhas *Chafarinas*; Ilhas *Paracel*; Ilhas Selvagens; Ilhas *Spralty*; Plataforma Continental; Mar Territorial; Poder Nacional; Recursos; Rochedo; Soberania; Território; Zona Económica Exclusiva.

Lista de abreviaturas, siglas e acrónimos

APA	Área de Proteção Ambiental
ASEAN	<i>Association of the SouthEast Asian Nations</i>
ASPSP	Arquipélago de São Pedro e São Paulo
CIRM	Comissão Interministerial de Recursos do Mar
CLPC	Comissão de Limites da Plataforma Continental
CMB	Convenção de <i>Montego Bay</i>
CNUDM	Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar
CRP	Constituição da República Portuguesa
DIM	Direito Internacional Marítimo
DM	Direito do Mar
H	Hipótese
IESM	Instituto de Estudos Superiores Militares
MN	Milhas Náuticas
MT	Mar Territorial
ONAREP	<i>Office National de Recherches et d'Exploitations Pétrolières</i>
ONU	Organização das Nações Unidas
PC	Plataforma Continental
QC	Questão central
QD	Questão Derivada
RPC	República Popular da China
SECIRM	Secretaria da Comissão Interministerial de Recursos do Mar
ZEE	Zona Económica Exclusiva





Introdução

a. Tema e contexto

“The history of Sea Power is largely, though by no means solely, a narrative of contests between nations, of mutual rivalries, of violence frequently culminating in war. The profound influence of sea commerce upon the wealth and strength of countries was clearly seen long before the true principles which governed its growth and prosperity were detected. To secure to one’s own people a disproportionate share of such benefits, every effort was made to exclude others, either by the peaceful legislative methods of monopoly or prohibitory regulations, or, when these failed, by direct violence.” (Mahan, 1957)

Decorrente da frase anterior, encontramos vários conceitos que pela sua junção constituem o farol que guiou o nosso trabalho. O mar, enquanto sinónimo de poder para os Estados costeiros, constitui-se cada vez mais como uma base de disputa pelas potencialidades que o mesmo encerra, quer em termos de controlo das rotas marítimas por onde circula 90% do comércio mundial¹, quer em termos dos recursos naturais que dispõe.

Ancorado neste racional, importa sublinhar que o mar por si só não significa maior território para o Estado costeiro, mas significa maiores zonas de soberania e de direitos, quer em termos de mar territorial (MT) (definido em sentido amplo como a zona marítima que em largura se estende desde as linhas de base até às 12 milhas náuticas (MN)), zona económica exclusiva (ZEE) (definida genericamente como a zona de soberania marítima definida entre as linhas de base retas e as 200 MN) e plataforma continental (PC) (simplificando como a zona de soberania cuja extensão máxima poderá ir desde as linhas de base retas até às 350 MN), esta última na ordem do dia e comumente propalada, atentas as inúmeras candidaturas para a sua extensão que, a nível mundial, têm chegado junto da Comissão de Limites da Plataforma Continental (CLPC) da Organização das Nações Unidas (ONU).

Assim, compete em primazia à ONU a tutoria sobre as questões ínsitas no Direito Internacional Marítimo (DIM), não apenas em termos de monitorização das disputas existentes, mas em especial na codificação das disposições centrais, na qual a Convenção

¹ (Duarte, 2009).



O “regime das ilhas” na Convenção de *Montego Bay*

das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM), amplamente designada por Convenção de *Montego Bay* (CMB) de 1982, assume o principal destaque como documento norteador da atuação dos Estados.

Foi nesta Convenção que encontramos um dos pontos de partida para o estudo em apreço, consubstanciado no “regime das ilhas” preceituado no seu artigo 121.º. Refere este preciso legal que aos rochedos não é conferida a possibilidade de originarem ZEE nem PC, contrariamente às ilhas. Contudo, atendendo às condições geomorfológicas que caracterizam as duas formações referidas, bem como aos argumentos jurídicos que as separam, encontramos motivo de análise e de estudo, conducente à aclaração sobre a atuação dos Estados costeiros nesta matéria, e de que forma os mesmos interagem aquando de situações de contenda e de conflitualidade entre eles.

“Hence, the central argument ... is that it is the operation and interplay of the territorial, energy, and power dimensions that can cause the rapid and dangerous escalation of a specific territorial dispute.” (Emmers, 2010, p.8)

b. Visão, objeto e delimitação



Figura 1 – Visão do trabalho. Fonte: Própria

A figura n.º 1 corresponde ao que considerámos ser a nossa visão para o presente trabalho. Em detalhe, de que forma os Estados costeiros tentam transformar os seus rochedos em ilhas com o intuito de beneficiarem de ZEE e de PC à luz da CNUDM, aumentando assim as suas zonas de soberania, beneficiando dos recursos naturais ali existentes, incrementando o seu Poder Nacional e eventualmente aumentando a sua conflitualidade com outros Estados costeiros.

E porque a complexidade acima evidenciada é seguramente diferente em cada caso, atentas as motivações e as circunstâncias que os enformam, estudámos em detalhe as seguintes situações:



O “regime das ilhas” na Convenção de *Montego Bay*

- República Portuguesa – Arquipélago da Madeira – Ilhas Selvagens;
- Reino de Espanha – Arquipélago das Ilhas *Chafarinas*;
- Reino de Espanha – Ilha de *Alborán*;
- República Federativa do Brasil – Arquipélago de São Pedro e São Paulo (ASPSP);
- República Popular da China (RPC) – Ilhas do Mar da China (*Paracel e Spralty*).

Contudo, e para que pudéssemos comparar os resultados da análise efetuada, adotámos e aplicámos o seguinte modelo de análise:

- Caracterização geográfica, onde fizemos uma breve descrição das ilhas em apreço para que se perceba a sua geomorfologia;
- Antecedentes históricos, onde vimos a rota que traçaram as várias disputas pela soberania;
- Soberania territorial e recursos naturais, onde focámos a importância das ilhas em análise no contexto das rotas marítimas internacionais e dos recursos naturais que as circundam, decorrente do que enquadrámos em termos de Poder Nacional;
- *Quid juris*²?, representando a aplicação do enquadramento do regime das ilhas, restantes normas e jurisprudência de Direito do Mar (DM).

Uma vez que se trata de uma disputa entre Estados por mais recursos, existe sempre uma conflitualidade que pode assumir diversas formas, vários tipos e diferentes graus na escalada do conflito. Atribuímos um gradiente mensurável à conflitualidade de cada caso, adotando para o efeito um modelo baseado na trilogia entre a mobilização militar, o agravamento dos instrumentos de persuasão e a reciprocidade. Em função dos acontecimentos e dos fatores inseridos em cada estudo de caso, assim o modelo catalogou a disputa.

Não constituiu objeto de estudo a questão da soberania dos Estados sobre qualquer território, nem a análise de outros casos que não os anteriormente elencados, uma vez que partimos do pressuposto que os mesmos poderão ser representativos das várias realidades que guiam estas contendas. De igual modo, esteve fora do nosso estudo outras motivações

² Do latim: “O que há de direito?”



políticas e/ou económicas entre os Estados que condicionam a conflitualidade entre os mesmos.

“It is estimated that the 200-mile EEZ³ established by all coastal states contain over 90 percent of all commercially exploitable fish stocks and over 80 percent of the world’s known submarine oil reserves.” (Emmers, 2010, p.12)

c. Questão central, questões derivadas e hipóteses

Para o desenvolvimento de presente trabalho de investigação, a construção do modelo de análise assenta na seguinte Questão Central (QC): O aumento do Poder Nacional, que advém da transformação de rochedos em ilhas, é gerador de conflitos?

Decorrente da presente questão de partida, efetuámos a definição de três questões derivadas (QD):

- QD1: De que forma se opera a transformação de rochedos em ilhas?;
- QD2: Existe aumento do Poder Nacional de um Estado, aquando da transformação de rochedos em ilhas?;
- QD3: O aumento do Poder Nacional originado pela transformação de rochedos em ilhas é fonte de conflitualidade entre os Estados?.

De igual forma, e em ordem a tentar validar estas questões, definimos igualmente as seguintes hipóteses (H):

- H1: A “transformação” de rochedos em ilhas faz-se pela instalação de condições para a habitação humana ou vida económica;
- H2: A transformação de rochedos em ilhas influencia o elemento “território” do Poder Nacional;
- H3: A transformação de rochedos em ilhas influencia o elemento “Recursos” do Poder Nacional;
- H4: O aumento do Poder Nacional é fonte de conflitualidade.

d. Percurso metodológico

No que respeita ao caminho metodológico, seguimos a abordagem proposta por (Quivy & Campenhoudt, 2008) a qual também é determinada pelo Instituto de Estudos Superiores Militares (IESM), segundo a qual podemos construir o respetivo modelo de

³ Nossa nota de roda pé. EEZ – *Exclusive Economic Zone*.



O “regime das ilhas” na Convenção de *Montego Bay*

análise sobre a informação, com base nas ideias principais obtidas. No que respeita ao *software* de referência foi usada a ferramenta incorporada no Microsoft Word 2010 com a seleção do estilo “*Harvard-Anglia*”.

Na recolha de informação, as fontes a que recorremos foram preferencialmente documentos oficiais, nacionais e internacionais, bem como estudos publicados de diversos autores e organismos com abordagens contrárias e diferentes perspetivas de análise, abrindo e invocando o debate contraditório, do qual retirámos as necessárias conclusões.

Iniciámos o presente trabalho com a Introdução, seguindo-se um enquadramento conceptual sobre o regime das ilhas, fundamental para o presente estudo. Neste âmbito, efetuámos um apêndice onde ancorámos um corpo de conceitos que entendemos necessários para a compreensão daquele regime. No capítulo número dois, pusemos em evidência o que entendemos como o estado da arte no que respeita ao Poder Nacional, o que nos permitiu assim avançar para a análise dos estudos de caso no terceiro capítulo.

No capítulo quatro, fizemos a escolha de um modelo de quantificação gradual para medir o grau de conflitualidade. Escolhemos um modelo existente, que pela sua capacidade de catalogar as disputas ainda antes da deflagração concreta do conflito nos pareceu o mais indicado, ainda que o tenhamos posteriormente adaptado com uma metodologia nossa em ordem a atingir mais facilmente o objeto do presente estudo.

No quinto capítulo efetuámos a medição e análise dos estudos de caso à luz do modelo escolhido, terminando no capítulo final com as conclusões, onde realizámos a resposta às perguntas derivadas e à questão central e terminámos com as humildes recomendações.



1. Enquadramento legal

Por uma questão de delimitação e de focagem no essencial, analisamos no presente capítulo o enquadramento baseado no regime das ilhas constante da CNUDM, fazendo o complemento com outros conceitos jurídicos expostos no Corpo de Conceitos em Apêndice A.

a. Regime das ilhas

Por se tratar de uma questão fundamental para o tema do presente estudo, importa detalhar o regime das ilhas previsto na Convenção de *Montego Bay*, desta feita sob uma perspetiva jurídica, por forma a aportar os casos que veremos mais a jusante.

Assim, este regime encontra-se previsto no artigo 121.º da Parte VIII, que importa trazer à colação:

“1 - Uma ilha é uma formação natural de terra, rodeada de água, que fica a descoberto na preia-mar.

2 - Salvo o disposto no n.º 3, o mar territorial, a zona contígua, a zona económica exclusiva e a plataforma continental de uma ilha serão determinados de conformidade com as disposições da presente Convenção aplicáveis a outras formações terrestres.

3 - Os rochedos que, por si próprios, não se prestam à habitação humana ou à vida económica não devem ter zona económica exclusiva nem plataforma continental.”
(Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, 2011)

A questão da delimitação marítima associada às ilhas, apesar de deter regras concretas para o efeito, assume particular destaque por força das condições intrínsecas ao conceito de ilha imposto por aquele preciso legal, mas também pela distinção com o conceito de rochedo. Importa, portanto, dissecar numa fase inicial o que significa “ilha” e “rochedo”, uma vez que o critério de distinção entre as duas porções de terra se cifra na eventual capacidade de os rochedos se prestarem à habitação humana ou à vida económica, o que torna a questão extremamente complexa, atenta a inexistência de definição para os dois conceitos totalmente vagos e passíveis de todas as interpretações, e que, acresce referir, podem nem existir em simultâneo.



O “regime das ilhas” na Convenção de Montego Bay

Da definição supracitada surge a primeira questão a detalhar, que reside no facto de uma ilha apenas o ser se estiver a descoberto na preia-mar⁴, o que nos leva a questionar qual a designação que assume se assim não for. Nesse caso, estamos na presença dos chamados baixios a descoberto⁵, os quais assumem relevância para a determinação das linhas de base retas quando em determinadas circunstâncias.

Mas quando analisamos as porções de terra designadas por ilhas, a CNUDM confere-lhes um estatuto diferenciado, ancorado no princípio geral em que a delimitação marítima se efetua de acordo com as fronteiras naturais, dando assim às ilhas a capacidade de gerarem MT e ZEE. *“With ownership of an Island or reef, there would come territorial waters. And with territorial waters, there come ocean resources (...) Possession of a small island or a piece of reef enables the country to claim a total 1.500 square kilometers of territorial sea. (...) When it comes to the stipulation of economic zones, it enables the country that owns the island to claim 430.000 square kilometers of special economic zone”*. (Xavier, 1999, p.398)

“O que são rochedos, cumpre começar por referir, não se encontra definido nem pelo Direito escrito nem pela Convenção de Montego Bay, nem pelo Direito Consuetudinário.” (Quadros et al., 2004, p.177) Nem ainda pela questão da dimensão conseguimos encontrar uma distinção entre o conceito de ilha e de rochedo, apenas encontramos como critério de comparação os conceitos indeterminados do número três do artigo 121.º e as implicações jurídicas que daí advêm, quando nuns casos os rochedos podem configurar ZEE e PC e noutros apenas MT e zona contígua. *“(…) debates have focused on the issue of whether a “rock” is to be interpreted in its ordinary meaning (a hard part of the earth’s crust), or the definition be broadened to encompass features such as islets, cays⁶, sandbanks and barren islands.”* (Schofield, 2009, p.22).

O primeiro daqueles conceitos indeterminados é o de “habitação humana”. Não havendo qualquer outra indicação na Convenção sobre o significado ou amplitude do termo, muito se tem escrito naturalmente sobre o seu alcance, mas sem consenso. Igualmente, é impreciso o número de habitantes que no espírito do legislador seria o

⁴ Constitui o plano mais elevado que atinge determinada maré. (Instituto-Hidrográfico, 1989, p.291).

⁵ Artigo 13.º da CNUDM.

⁶ Nossa nota de rodapé. *“Cays are the general terms for islands which develop on coral reefs”* (Goudie, 2004, p.130).



O “regime das ilhas” na Convenção de *Montego Bay*

mínimo para que o critério fosse verificado positivamente, ou desde quando é que a habitação humana teria que se verificar, se em permanência ou só com carácter sazonal. Contudo, verifica-se que existe uma tentativa dos Estados costeiros em proporcionar habitação nestes locais, normalmente associado aos faróis de ajuda à navegação e/ou a destacamentos militares, ainda que a sustentação logística desses habitantes seja totalmente dependente do continente.

No que concerne ao conceito de vida económica, a imprecisão e o conceito genérico tem o mesmo alcance que o anterior, não havendo baliza para delimitar o seu desenvolvimento em termos de meios para exercer a vida económica, nem escalas para medir o seu sucesso. Acrescentamos que a vida económica afeta a um rochedo pode ser possível pela extensão de soberania no mar que o mesmo origine, atenta a diferença de recursos que tal distinção pode originar.

Em face do exposto, como aplicar então o artigo 121.º da Convenção de *Montego Bay*? A primeira consideração que fazemos deriva do facto de a norma constante do número três não ser *jus cogens*⁷, uma vez que o texto refere “ não devem”, o que equivale a dizer que os rochedos podem ter ZEE e PC. Depois, importa verificar que a CNUDM não incorpora o elemento histórico que vinha a ser seguido pela aplicação da Convenção de Genebra de 1958, documento que anteriormente regulava o direito do mar, e que entendia que o regime então conferido aos rochedos era o mesmo das ilhas, o que faz com que todos os atos até aí praticados e que vão nesse sentido não poderão ser considerados nulos. Finalmente, entendemos que por via de acordos entre os Estados costeiros deverá residir a solução para uma prática consensual e que vá no sentido de ambos beneficiar. “*State practice regarding the regime of islands is, perhaps unsurprisingly, mixed. As previously noted, states tend to lean toward the maximum possible in respect of their claim to jurisdictional rights, as long as such claims are in accordance with international law. Thus, those states in possession of islands have naturally tended to advance expansive maritime claims from even extremely small, uninhabited, and remote insular features.*” (Schofield & Wang, 2012, p.68)

⁷ Do latim: “Direito imperativo; normas jurídicas que não podem ser afastadas pela vontade das partes.”



2. Enquadramento concetual

a. Poder Nacional

“... [Poder] considerado como a capacidade de obrigar a adotar uma conduta, e desempenhando uma função, dentro da sociedade global. O Poder aparece assim, na primeira observação, como uma estrutura ou aparelho como argumento final para serem obedecidos.” (Moreira, 2003, p.109)

No presente capítulo focaremos a nossa atenção na questão do Poder Nacional com o objetivo de fazer uma ponte para aquilo que é o âmago do presente trabalho, onde o Poder Nacional de um Estado pode ser alavancado pelo controlo e uso de certos elementos que lhe servem de base.

Da definição acima apresentada retiramos varias ideias que compõem o conceito. Por um lado, o de “capacidade”, entendido como um conjunto sinérgico de instrumentos à disposição de um Estado, os quais lhe conferem uma determinada posição sobranceira para se poder afirmar entre os seus pares. Esses instrumentos podem advir dos recursos naturais do seu território, da geografia em termos de posicionamento global, da capacidade de influenciar e de se impor pela cultura, história e diplomacia, do seu poder de força e das relações de dependência e/ou independência comercial, económica e financeira com outros Estados. Mas esta primeira abordagem infere também uma outra certeza na definição, a existência da outra parte, sob a qual se concretiza a noção de Poder. De facto, Poder só existe quando medido, quando comparado com outro Estado ou com outra qualquer situação específica, transportando-nos para uma dimensão de relatividade. O Poder é relativo, só existe para um detentor quando comparado com outro que não o tenha, total ou parcial.

Assim, a definição traz-nos o segundo aspeto a considerar, a noção de conduta a adotar, isto é, a imposição noutra unidade de um determinado comportamento, seja por ação ou por inação. Existirá Poder se houver a capacidade de influenciar comportamentos, de obrigar ações que sem o poder contrário não seriam efetuados de uma forma voluntária.

Fixado no parágrafo anterior, entendemos que a definição encerra igualmente a noção de objetivo, isto é, o Poder, quando construído, quando maximizado, fica disponível para ser usado em ordem à consecução de um qualquer objetivo de uma unidade política.

Existem ainda outros aspetos relacionados com o Poder que importa analisar. “Nas relações internacionais, os Poderes recíprocos de dois Governos podem não ser



O “regime das ilhas” na Convenção de *Montego Bay*

proporcionais aos recursos humanos, econômicos e militares que os dois Governos têm respetivamente à disposição, porque um dos Governos é mais habilidoso na utilização de um recurso importante ou no emprego combinado de vários recursos, ou então porque um dos dois Governos tem maior grau de coesão e coordenação mais eficaz.” (Bobbio et al., 1998)

Um deles, o carácter situacional do Poder, que só existe quando comparado e exercido entre duas unidades, sejam Estados, fações dissidentes dentro dos mesmos ou grupos organizados fora dos Estados. Exemplificamos com o exemplo da Rússia e dos seus movimentos independentistas da Chechénia, onde o Poder nuclear que o Estado detém de nada serve para este caso, uma vez que nunca poderia ser usado contra populações no seu próprio território.

b. Elementos do Poder Nacional

O Poder Nacional e os elementos que o constituem são um dos temas que a nível mundial mais tem originado amplo debate nas sociedades contemporâneas, atentos os recentes fenómenos das ameaças assimétricas que vieram fazer repensar todo o conceito. Embora não seja considerada doutrina portuguesa, trazemos ao cotejo a opinião do Dr. Luís Fontoura, (2007, p. 18) segundo o qual os elementos potenciadores do Poder Nacional são cinco, distinguidos entre tangíveis e intangíveis. Começa por elencar o espaço geográfico como o primeiro desses elementos, definido em sentido amplo como o seu território, onde “nele se observará e estudará a sua extensão, a sua posição geográfica, a sua configuração, o seu clima e a sua estrutura física”. Esta ideia alberga a realidade económica de um Estado e a sua aptidão para o mesmo originar os recursos necessários para assegurar as suas funções e proporcionar a sobrevivência das suas populações.

A demografia, o segundo elemento considerado, constitui-se como fundamental pela sua composição, flexibilidade e distribuição, mas principalmente pelo seu carácter (enquanto denominador comum de inteligência coletiva, cultura e competitividade) e pela sua vontade coletiva enquanto capacidade de mobilização geral em torno de objetivos e de ideais.

O terceiro elemento é o poder militar, em termos tangíveis dos seus efetivos, dos seus meios e da sua tecnologia, mas igualmente na sua flexibilidade, organização e capacidades de ação e de reação.



Em complemento, a diplomacia surge como outro elemento fundamental capaz de alavancar o Poder de um Estado. A sua diáspora é fundamental para conseguir argúcia e inteligência para impor suavemente os objetivos superiores. Entendemos que este elemento surge, também, para ilustrar alguns Estados que no mundo não têm grandes territórios nem recursos, mas a quem é reconhecido um grande poder Nacional.

Em complemento ao anteriormente exposto, o autor designa como quinto elemento a organização administrativa do Estado, enquanto elemento aglutinador de todos os outros, e como face visível das políticas e boas práticas de um Estado quando elege os seus representantes. (Fontoura, 2007, p.17)

c. Território e recursos

Conforme decorre do anteriormente exposto, em complemento com o plasmado no corpo de conceitos em apêndice B, as diferentes definições que poderão caracterizar o Poder Nacional e as premissas que estão na sua base, encerram no seu âmago as variáveis “território” e “recursos”, como elementos comuns a todas as abordagens. De facto, território, recursos naturais e distribuição de poder estão normalmente ligados entre si, uma vez que o território é sempre considerado como extremamente valioso por comportar recursos naturais, ao mesmo tempo que o Poder de um Estado pode ser entendido como a capacidade para controlar esse território e assim esses recursos.

Assim acontece na questão ínsita no “regime das ilhas”, não como um aumento de território que as ilhas proporcionam, ao contrário dos rochedos, mas sim como um acréscimo de soberania naqueles territórios marítimos. E faz toda a diferença, uma vez que um rochedo apenas pode gerar MT numa área de 452^8 (MN²)⁹ (enquanto uma ilha pode gerar 125.664^{10} MN², abarcando assim todos os recursos naturais que possam existir.¹¹

Os recursos naturais, cada vez mais associados à dependência energética, representam uma crescente influência na condução das políticas dos Estados. A procura de recursos em alto mar é cada vez maior, em complemento com o desenvolvimento da tecnologia que permite efetuar a sua extração a preços cada vez mais competitivos. A

⁸ Considerando uma circunferência em torno do rochedo com 12 milhas de raio. ($A = \pi r^2$)

⁹ Milha Náutica equivale a 1852 metros (Castro e Silva, 1963, p.690).

¹⁰ Considerando uma circunferência em torno da ilha com 200 milhas de raio. ($A = \pi r^2$)

¹¹ Raciocínio meramente ilustrativo das diferenças, uma vez que a delimitação dos espaços marítimos se efetua a partir das linhas de base e não de um ponto como centro de uma circunferência.



O “regime das ilhas” na Convenção de *Montego Bay*

capacidade de sustentação logística em termos energéticos terá que estar permanentemente assegurada, como base para a forma de vida das populações e para o crescimento económico, pelo que a eventual conflitualidade entre Estados é cada vez maior.



3. Estudos de Caso

Importa ter sempre presente na análise das situações ínsitas no presente trabalho que, para a questão da delimitação marítima decorrente da aplicação ou não do regime das ilhas, estará sempre na sua base o princípio do DIM em que “a terra domina o mar”, e que se traduz em dois vetores distintos. O primeiro determina que a soberania e jurisdição de um Estado sobre o “seu mar” não deriva do seu poderio económico, político, militar ou diplomático, mas sim da sua geografia enquanto Estado costeiro. O outro vetor conduz a que todos os Estados gozem dos mesmos direitos, da aplicação dos mesmos critérios, e que a delimitação marítima das fronteiras de um Estado parte da sua dimensão terrestre e esgota-se no limite do preceituado na lei, se antes não encontrar a fronteira de outro país que assim obrigue a encontrar uma solução de entendimento entre os dois.

a. República Portuguesa – Arquipélago da Madeira – Ilhas Selvagens;

Conforme decorre da Constituição da República Portuguesa (CRP), a República Portuguesa abrange as ilhas oceânicas que constituem os arquipélagos Portugueses, Açores e Madeira, os quais, de acordo com o seu artigo 5.º, fazem parte integrante do nosso território, abarcando igualmente a extensão das águas territoriais e a ZEE. Reforça ainda aquele preciso legal, no seu n.º 2.º, o direito que a Portugal assiste aos seus fundos marinhos contíguos, que quando conjugado com o número 3.º, que reforça os direitos de soberania sem prejuízo da ratificação de fronteiras, nos transporta inequivocamente para uma dimensão de posse sobre estes arquipélagos e todo o território que, à luz da lei, deles advém.

Neste particular, analisaremos, agora o caso das ilhas Selvagens, ínsitas no arquipélago da Madeira, conforme o n.º 3.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma da Madeira, em conjunto com o “mar circundante e seus fundos, designadamente as águas territoriais e a ZEE, nos termos da lei”.

(1) Caracterização geográfica

Como anteriormente descrito, as ilhas Selvagens fazem parte integrante do Arquipélago da Madeira, e situam-se “no Oceano Atlântico Norte (no paralelo 30º08'N, 15º54'O), a 280 quilómetros a sul da ilha da Madeira e a 160 quilómetros a norte das ilhas Canárias, este conjunto de ilhas está rodeado por uma extensa barreira de recifes que dificulta o acesso às suas costas. (...) Com uma superfície reduzida (cerca de 2,7 km²), as



O “regime das ilhas” na Convenção de *Montego Bay*

Selvagens são constituídas por dois grupos distintos de ilhas e rochas: – o grupo Nordeste composto pela Selvagem Grande, Palheiro de Terra e Palheiro do Mar, e o grupo Sudoeste formado pela Selvagem Pequena, Ilhéus do Norte, Ilhéu Redondo, Ilhéu Comprido, Ilhéu Alto, Ilhéu de Fora, Ilhéu Pequeno, Ilhéu do Sul e Ilhéu Grande.” (Carvalho & Leitão, 2005, p.269) Em termos climatéricos, as ilhas caracterizam-se por serem bastante áridas, sujeitas a ventos costeiros fortes e apresentam valores de temperatura média anual entre os 17 e 19°C.

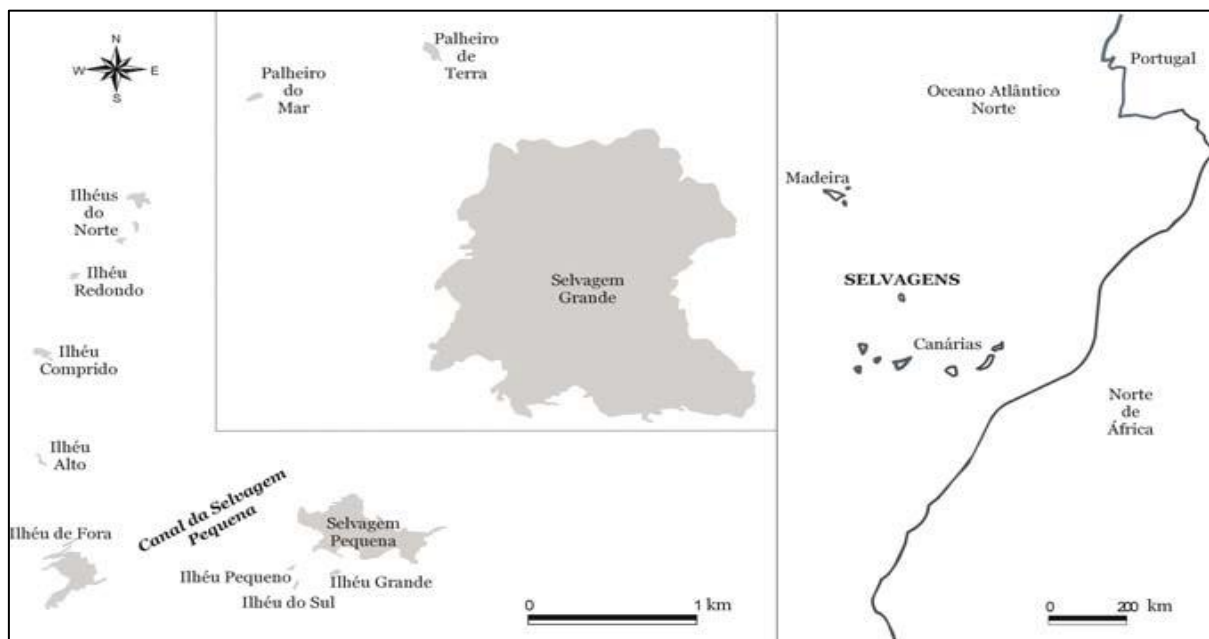


Figura 2 – Localização Ilhas Selvagens. Fonte: (Carvalho & Leitão, 2005, p.270)

Como se depreende da figura, as ilhas selvagens encontram-se situadas muito perto do arquipélago das Canárias, o que poderia sugerir uma pertença morfológica àquele arquipélago. Contudo, verifica-se que entre a ilha de Tenerife (a mais próxima das Canárias) existem fundos abissais superiores a 3650 m. Igualmente, e no que respeita ao mesmo raciocínio com a ilha da Madeira, existem também “grandes fundos”, o que configura, sem dúvida, as ilhas selvagens como um arquipélago geograficamente autónomo. (Quadros et al., 2004, p.166)

(2) Antecedentes históricos

“O arquipélago das Selvagens, conhecido na Antiguidade e redescoberto por Diogo Gomes ao serviço do Infante D. Henrique...” (Guedes, 1998, p.212) foi sempre pertença de particulares portugueses, tendo inicialmente pertencido à ordem de Cristo. Em 1971, o



O “regime das ilhas” na Convenção de *Montego Bay*

Estado Português adquiriu as ilhas e submeteu-as ao regime de reserva natural através do Decreto-Lei n.º 458/71 de 29 de Outubro. (Quadros et al., 2004, p.167)

Contrariamente ao arquipélago das Canárias, estas ilhas nunca foram habitadas até à sua descoberta, tendo sido objeto de “colonização” e da tentativa de implementação de várias culturas agrícolas e da introdução de algumas espécies de animais trazidas do continente, existindo ainda diversas estruturas de suporte aquelas atividades que foram construídas pelos colonos originários do Minho e do Algarve. (Carvalho & Leitão, 2005, p.272)

(3) Soberania territorial e recursos naturais

As ilhas Selvagens constituem o ponto mais a Sul do território Nacional, o que em conjunto com o seu carácter atlântico potenciam e aumentam a zona de soberania Nacional.

Assim, pelo facto de as mesmas possuírem ZEE, em conjunto com o continente, Madeira e Açores, confere a Portugal um lugar de destaque como um dos países que a nível Mundial possui uma das maiores jurisdições marítimas. “A nossa ZEE é atravessada pelas rotas com destino e origem para o norte da Europa. Estima-se, em média, que diariamente naveguem nos corredores marítimos portugueses cerca de 200 navios, 40 dos quais são petroleiros.” (Carvalho & Leitão, 2005, p.278)

Por outro lado, as ilhas Selvagens possuem nas suas águas inúmeros recursos por explorar. No que concerne aos recursos “não vivos”, estes “estão praticamente por conhecer. Podem ser energéticos ou minerais, mas em ambos os casos são apenas meras possibilidades. Contudo, estão conhecidas a existência de nódulos de manganês e fosfatos, assim como depósitos de sulfuretos, inertes, estanho, volfrâmio e hidrocarbonetos.” (Carvalho & Leitão, 2005, p.3) No que respeita aos recursos “vivos” existem referências históricas sobre o seu uso indevido quando “em 1916, após diversas queixas feitas pelo arrendatário das Selvagens e protestos consulares portugueses contra a pesca por pescadores espanhóis, o Comandante Militar da Marinha da Grã-Canária, (...), comunica a proibição de os pescadores espanhóis irem pescar para as ilhas selvagens”. (Quadros et al., 2004, p.169)



Figura 3 – Ilha Selvagem Grande. Fonte: *Google imagens*

(4) *Quid juris?*

A aplicação do DIM ao caso em mérito existe e sem grandes atritos entre Portugal e Espanha, uma vez que o critério da delimitação pela equidistância não observa dúvidas, a não ser sobre uma eventual mudança de critério da delimitação para um acordo bilateral com base numa solução equitativa, ou, se, porventura, as ilhas deixassem de ter este estatuto e passassem a ter apenas o carácter de rochedos, como é defendido pelo Reino de Espanha.

Na primeira situação, não se prevê que tal possa acontecer, uma vez que Portugal não tem qualquer interesse em diminuir o seu território de ZEE, e ao Reino de Espanha também não interessa porque iria levantar problemas nas suas fronteiras marítimas com Marrocos e com o Reino Unido sobre as questões atinentes aos territórios de Gibraltar, Ceuta, *Melilha* e às ilhas na costa Norte de Marrocos, uma vez que não poderia aplicar dois critérios diferentes para problemas idênticos.

Caso as Selvagens fossem consideradas meros rochedos, e portanto sem ZEE, a linha de mediania das ZEE's Portuguesa e Espanhola deveria ser traçada entre a Madeira e as Canárias, de caminho deixando as Selvagens encravadas dentro dessa nova ZEE das Canárias. Conforme exposto na figura n.º4, toda a zona assinalada com Y (com exceção das 12 milhas de MT) retrocederia para o arquipélago das Canárias. A zona assinalada com X resulta de uma hipotética perda de soberania portuguesa sobre as ilhas, sendo assim considerada como ZEE espanhola. (Fórum Defesa, 2011)



Figura 4- Delimitação marítima Ilhas Selvagens. Fonte: Forumdefesa.net

Nas últimas conversações os dois países tentaram chegar a um acordo de delimitação marítima que não parecia difícil de atingir. Como vimos, ambos os Estados praticam a regra da equidistância para a delimitação dos seus espaços marítimos, pelo que entre as ilhas Selvagens, cuja soberania portuguesa não é contestada, e o arquipélago das Canárias a fronteira marítima seria encontrada por aquele critério¹². Mas, o problema surgiu porque Portugal reivindicou que as selvagens têm, de facto, o estatuto de ilha, e que como tal deverá originar 200 MN de ZEE, obrigando a que a linha de equidistância se situe mais a Sul, entrando assim naquilo que era considerado como águas da ZEE espanhola. As conversações terminaram sem acordo. (Muñoz, 2012, p.17)¹³

Importa ainda sublinhar sobre a questão em mérito, que o perito do Conselho Europeu, Sr. Francis Roux, “defende que as Selvagens permaneçam com o estatuto de ilha em vez de serem classificadas como rochedos” (in Jornal Público 26/3/1997). (Carvalho & Leitão, 2005, p.280)

¹² Uma vez que esta distância é superior a 24 milhas, respeitar-se ia assim a distância do mar territorial, e situar-se-ia a linha de fronteira na equidistância dos dois.

¹³ José Manuel Lacleta Muñoz foi Embaixador de Espanha e antigo membro da Comissão de Direito Internacional das Nações Unidas. Era o chefe da delegação do Reino de Espanha aquando das conversações citadas.



b. Reino de Espanha – Ilha de *Alborán* e Ilhas *Chafarinas*;

O caso em apreço insere-se na problemática da determinação das fronteiras marítimas entre o Reino de Espanha e o Reino de Marrocos. Contudo, esta questão assenta em primeira instância na própria definição das fronteiras terrestres, atentos os territórios espanhóis situados no continente Africano, em pleno Reino de Marrocos, e sobre os quais não existe consenso sobre a sua soberania. “*Esto nos llevaria forzosamente a hablar de las posiciones españolas en la costa mediterránea marroquí a saber: las Plazas mayores de Ceuta y Melilla, y las Plazas menores del Peñón de Velez de Gomera o Badis, el Peñon de Alhucemas y las islas Chafarinas o Kbdana*” (Atmane, 2007, p.20)

Por delimitação do presente documento, não nos debruçaremos nas questões políticas que constituem motivo de divergência entre os dois Estados, razões essas que se transportam para as fronteiras marítimas, mas importa sublinhar que a posição oficial espanhola admite o reconhecimento de todos os espaços marítimos adjacentes a *Ceuta* e *Melilla*, bem como o MT, pelo menos, das ilhas anteriormente referidas. Esta posição é contraposta por Marrocos. (Atmane, 2007, p.20)

Analisaremos em detalhe as duas visões e as razões que levam à inexistência de um acordo nesta data.

(1) Caraterização geográfica e histórica

A ilha de Alborão, *Isla de Alborán*, (significa em árabe “argumento”) é uma extensão de terra situada no extremo Oriental do mar de *Alborán* e que dista cerca de 35 MN a norte da costa de Marrocos (Cabo de três Forcas) e 45 MN a Sul da província de *Almeria* em Espanha. Com cinco km² de superfície, esta ilha é uma possessão espanhola desde 1540 e depende administrativamente daquela província desde 1884. Perto desta formação, a menos de 100 metros a Noroeste encontra-se o ilhéu *de las Nubes* com uma altura máxima de 15 metros sobre o nível médio do mar. (Atmane, 2007, p.20) A ilha dispõe de um farol automático e na presente data a Marinha Espanhola tem ali destacada uma pequena guarnição.



Figura 5 – Ilha de Alborão. Fonte: *Google images*

O arquipélago das *Chafarinas* é de origem vulcânica e tem uma superfície total de 0.747 km² e fica situado no extremo oriental do território de Marrocos, perto da fronteira com a Argélia, a 28 MN de *Melilla* e a 2.5 MN do *cabo de água*. É composto pelas ilhas do Congresso (a mais escarpada e com 137m de altitude), a ilha Isabel II (permanentemente habitada por forças militares e por uma equipa de cientistas) e pela *ilha Del Rey*.



Figura 6 – Ilhas Chafarinas. Fonte: *Google images*

Em 06 de Janeiro de 1848 estas ilhas foram ocupadas por Espanha, com a justificação de serem territórios não ocupados. Esta visão é totalmente repudiada pelas autoridades marroquinas, havendo inclusive documentos que atestam que antes desta ocupação a República de França lhe terá pedido autorização para ali fazer escala com os seus navios. (Atmane, 2007, p.28)

(2) Soberania territorial e recursos naturais

Entendemos que a questão do território que se encontra em disputa no presente caso de estudo se pode dividir em duas vertentes: uma associada às rotas de navegação que cruzam o mar Mediterrâneo, e outra sobre os recursos naturais que possam existir nas águas de soberania.



O “regime das ilhas” na Convenção de *Montego Bay*

Sobre a primeira questão, aos navios que cruzam as rotas comerciais assiste o direito de passagem inofensiva pelas águas territoriais de todos os países, mas não deixa de ser fonte de poder e de força política internacional dispor de soberania nas águas por onde passa uma das principais rotas comerciais do mundo, que liga o canal do Suez ao Norte da Europa. Se assim não fosse, estranho seria a manutenção pelo Reino Unido desde 1713 do seu território de Gibraltar situado na entrada do Mar Mediterrâneo.

Numa segunda perspetiva, não é manifestamente despiciendo analisar os recursos naturais que possam existir nas zonas em disputa. Para além dos recursos piscatórios que existem em torno da Ilha de *Alborán*, naturalmente abundantes pela pouca profundidade naquela zona, importa especialmente verificar o que os países têm feito em termos de exploração de recursos energéticos.

Em Março de 2000, o reino de Marrocos concedeu ao seu *Office National de recherches et d'Exploitations Pétrolières* (ONAREP) e à empresa CONOCO, Lta¹⁴ uma licença de prospeção de petróleo numa zona que denominou de *Mediterrannée Haute Mer*, designada por área “W” na figura abaixo. Esta zona foi prontamente contestada pelo governo espanhol, afirmando que colide com a zona de soberania espanhola na zona de equidistância entre os dois países, mas também porque abarca o MT espanhol determinado pelos espaços de *Ceuta*, *Melilha*, Ilha de *Alborán*, *los peñones* de *Alhucemas* e *Velez de la Gomera*. Curiosamente, em Outubro de 2001, também o Reino de Espanha concede uma licença de prospeção de petróleo à mesma empresa, desta feita nas águas a Sul de Málaga, tendo como limite Sul o paralelo 36°. (Muñoz, 2012, p.23)

¹⁴ Empresa Inglesa.

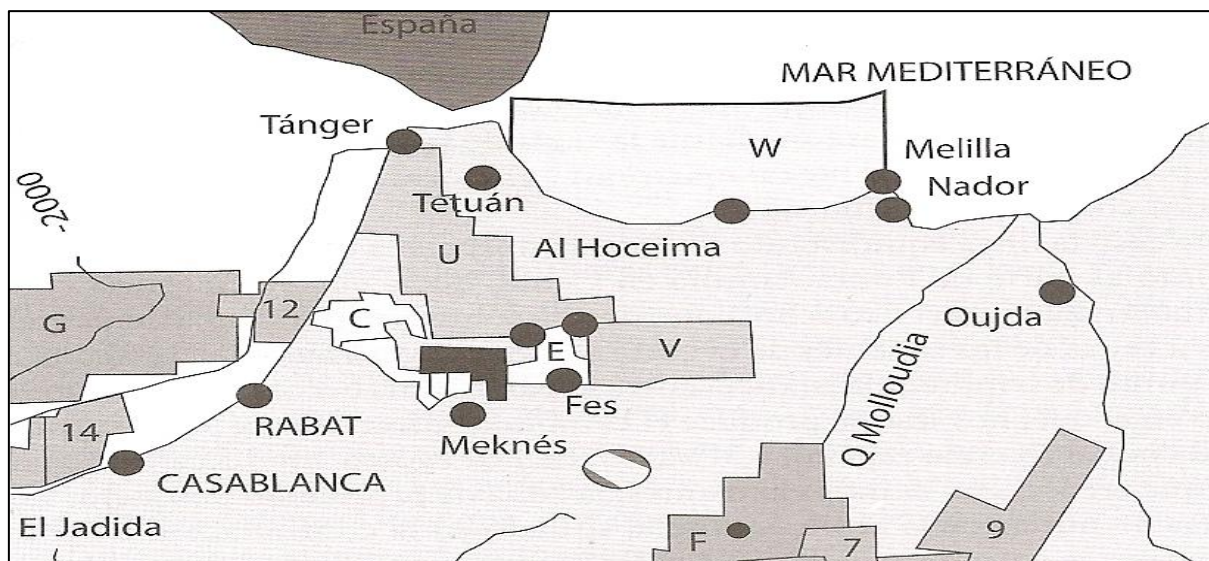


Figura 7 – Área de prospeção petrolífera. Fonte: (Atmane, 2007, p.140)

(3) *Quid juris?*

1. Enquadramento Reino de Espanha

A definição espanhola para a zona do seu MT foi definida pela *ley 10/1977*, de 4 de Janeiro, a qual segue o preceituado na CMB, determinado no seu artigo primeiro que o Estado Espanhol detém soberania “*sobre la columna de agua, el subsolo y los recursos de esse mar, así como el espácio suprayacente*” e no seu artigo terceiro que aquele espaço vai ao longo das 12 milhas traçadas a partir das linhas de base retas.

Importa aqui referir que a lei de Espanha segue, neste âmbito, um dos mais importantes princípios que enformam a Convenção mencionada no parágrafo anterior, o princípio da equidistância enunciado no artigo 15.º, e segundo o qual “nenhum desses Estados tem o direito (...) de estender o seu mar territorial além da linha mediana ...” salvo “quando por motivo da existência de títulos históricos ou de outras circunstâncias especiais, for necessário delimitar (...) de forma diferente”. “*En nuestra interpretación, esta disposición autoriza a los Estados a establecer unilateralmente la línea de delimitación equidistante, a reserva de que otro Estado vecino la impugne invocando tales circunstancias, en cuyo caso será necesario entablar las correspondientes negociaciones.*” (Muñoz, 2012, p.6)

No que respeita à delimitação da ZEE, através da *ley 15/1978*, de 20 de fevereiro, o Reino de Espanha estabeleceu a sua ZEE com uma largura de 200 milhas, mas apenas na sua costa atlântica, deixando em aberto a definição da mesma zona para a costa do



O “regime das ilhas” na Convenção de *Montego Bay*

Mediterrâneo. De igual modo, também aqui a transposição do princípio da equidistância está presente. “*Ello no obsta a que España ejerza sus derechos sobre los fondos marinos considerados como plataforma continental hasta 200 millas desde la costa, posibilidad que no existe en el Mediterráneo, donde es necesaria su delimitación respecto de Marruecos y otros países de los que no hemos de ocuparnos ahora (Argelia, Italia – ya efectuada - y Francia)*”. (Lacleta, 2003, p.5)

2. Enquadramento Reino de Marrocos

Também no caso das fronteiras marítimas de Marrocos, as linhas de base retas foram por si definidas, neste caso com algumas delas a não respeitarem os territórios autónomos de Espanha. “... *ha apoyado algunas de sus líneas de base en puntos dela costa en los que no ejerce soberanía y, también, ..., ha trazado líneas que aíslan -mejor dicho, pretenden aislar - el mar territorial y las aguas interiores de otro Estado, en este caso España, de la alta mar o de una zona económica exclusiva.*” (Lacleta, 2003, p.3)

No que concerne ao MT, a sua delimitação assenta nos princípios da CMB, cuja transposição para o artigo 2 do *Dahir* de 1973 evidencia o princípio da equidistância para a definição das fronteiras. Contudo, nada refere sobre as “circunstâncias especiais de exceção” que enformam o artigo 15.º da Convenção.

No que respeita à ZEE, o reino de Marrocos estabeleceu a sua com 200 milhas de largura em toda a sua costa, através do *Dahir* n.º 1-81-178 de 8 de Abril, (Lacleta, 2003, p.5) facto que não é aceite de bom agrado pelas autoridades de Espanha.

“*Es indudable que esta delimitación ha de efectuarse entre la plataforma continental que corresponde a España y la zona económica exclusiva establecida por Marruecos. Por las razones que explicaremos más abajo, parece que Marruecos pretende situar esta línea siguiendo, con pequeñas desviaciones, el paralelo 36º Norte desde un punto al norte de Punta Almina (en Ceuta) hasta otro punto, al norte del Cabo Tres Forcas, sin respetar el mar territorial que corresponde a Ceuta, ni el de la isla de Alborán.*” (Muñoz, 2012, p.21) Como tal, estas fronteiras marítimas foram protestadas por Espanha, e constituem na presente data motivo de disputa.

3. Direito Internacional Marítimo – Aplicação ao caso

Conforme anteriormente exposto, surgem duas ideias em comum para os Reinos de Espanha e de Marrocos: ambos definiram as suas zonas de MT, e ambos incorporam no



O “regime das ilhas” na Convenção de *Montego Bay*

seu direito interno o princípio da equidistância para a delimitação das suas fronteiras marítimas.

Tentemos simplificar. Se entre os dois países não existissem ilhas ou rochedos, ambos estabeleceriam as suas zonas de MT sem qualquer atrito, uma vez que o mar de Alborão tem no seu ponto de maior longitude cerca de 80 milhas, o que permite o estabelecimento dos respetivos mares territoriais, atento o princípio da equidistância a aplicar no estreito de Gibraltar. Como se pode verificar, “*el establecimiento del "mar territorial" puede hacerse unilateralmente por España respetando la mediana en caso de confluencia con las aguas de Marruecos. Cuestión distinta es la relativa al establecimiento de la ZEE y de la Plataforma continental. Aquí, según previene el convenio de 1982 hay que acudir a un "acuerdo" con Marruecos*”. (Fundación para el Análisis y Estudios Sociales, 2011, p.9)

Contudo, acresce ainda recordar que o Reino de Espanha não definiu a sua ZEE para esta região, o que torna o território de *Alborán* extremamente crítico e determinante para esta delimitação, atenta a sua definição de ilha ou de rochedo.



Figura 8 – Mar de Alborão. Fonte: *Google earth* com legenda própria

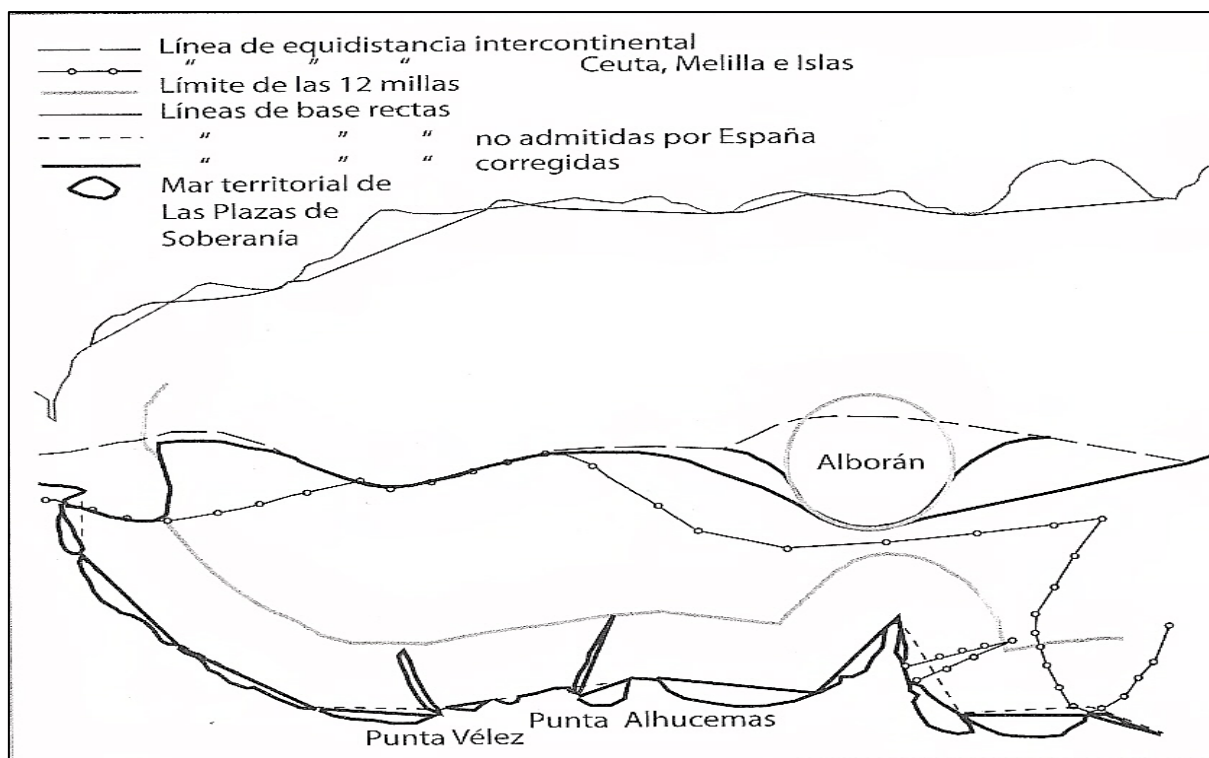


O “regime das ilhas” na Convenção de *Montego Bay*

José Manuel Lacleta Muñoz (2012, p.23), refere que o entendimento entre os dois países sobre esta questão é possível, e dá como exemplo as concessões de exploração petrolífera anteriormente referidas que ambos fizeram a uma empresa inglesa, onde a linha de separação é comum aos dois países, e que com o diálogo sobre o MT de Ceuta e de *Alborán* se pode facilmente chegar a um acordo.

Inferimos ainda da figura n.º 8, e da análise anterior, que o governo espanhol considera que ao território de *Alborán* não assiste o direito a uma ZEE, porquanto se assim fosse a zona de exploração mencionada seria tentativamente delimitada muito mais a Sul pela aplicação das respetivas 200 milhas, ainda que reduzida por força do princípio da equidistância.

Mas, a problemática da disputa em análise adensa-se com a existência dos territórios de soberania Espanhola existentes na costa Marroquina, e também pela existência de inúmeras ilhas e rochedos no mar de Alborão cuja soberania gera discórdia. Assim, na figura n.º 9 podemos constatar as várias hipóteses e visões do problema em apreço. Para além das questões de soberania das praças espanholas, a grande questão que aqui subjaz deriva do carácter de ilhas ou de rochedos para *Alborán* e *Chafarinas*, uma vez que dessa forma estaremos a falar em MT de 12 MN para o caso dos rochedos, e de 200 MN para as ilhas.





O “regime das ilhas” na Convenção de *Montego Bay*

Figura 9 – Delimitação marítima Mar de Alborão. Fonte: (Atmane, 2007, p.148)

Fixado da figura acima, analisamos igualmente a visão do autor Tarik Atmane, o qual considera que o território de *Alboran* não cumpre com o estipulado no artigo 121.º da Convenção de MB, uma vez se trata de *“una roca no apta para mantener habitacion humana o vida económica propia, ya que España sólo mantiene en la isla un faro y, ocasionalmente, un destacamento militar.”* (Atmane, 2007, p.140) Segundo este autor, Espanha reconhece esta visão, porquanto estabeleceu normas jurídicas específicas para as águas adjacentes, em concreto com a interdição de pesca a menos de uma milha de costa. Ainda assim, e caso fosse considerado uma ilha, com ZEE, a mesma passaria na sua fronteira Sul a poucas milhas do limite Norte do MT Marroquino, por força da aplicação do princípio da equidistância.

Ainda sobre a questão de base, isto é, se o território de *Alborán* deve ou não ser considerado uma ilha, acrescentamos *“Alborán nunca ha tenido una población civil asentada en la isla, ni parece posible mantener en ella una actividad económica propia, aunque sí tienen valor económico - y ecológico - sus aguas. España mantiene en la isla un faro y, ocasionalmente, un destacamento militar.”* (Lacleta, 2003, p.8)

No que concerne ao arquipélago das ilhas Chafarinas, a situação geográfica tende a ser diferente de *Alborán*. *“... su relativa lejanía de la costa (2.5 millas) y la presencia de un asentamiento humano, aunque reducido a unos 30 militares y científicos, podrían generar, según dicha doctrina, además, de un mar territorial y una zona contigua, una ZEE y una plataforma continental”*. (Atmane, 2007, p.143) Como tal, a aplicação *ipsis verbis*¹⁵ do exposto na CNUDM geraria uma situação de delimitação marítima disforme no Mediterrâneo, uma vez que face à proximidade relativa da costa Sul de Espanha, a PC originada por este arquipélago seria concordante com a que origina o território continental. De igual modo pensa *José Manuel Lacleta Muñoz*, (2003, p.13) que considera que pelo facto de existir habitação permanente na ilha Isabel II lhe confere esse mesmo estatuto jurídico, com as consequentes implicações na delimitação marítima, reconhecendo também que tal situação acarretaria grandes distorções no equilíbrio do mar de Alborão.

Na aguagem do precedente, a solução a adotar passa pelo acordo entre os dois países, não só conducente ao entendimento para a delimitação marítima no Mediterrâneo,

¹⁵ Do latim: “pelas mesmas palavras; textualmente”.



O “regime das ilhas” na Convenção de *Montego Bay*

como também no Atlântico e, em especial, no que respeita aos territórios de *Ceuta* e de *Melilla*. Em sede de CMB, importa sublinhar que, para os casos analisados, podemos facilmente considerar que se tratam de circunstâncias especiais para a delimitação marítima e que como tal deve ser encontrada uma solução equitativa.

“La jurisprudencia internacional, en este caso arbitral, ofrece un supuesto muy parecido al de las islas Chafarinas. Es el caso de las islas británicas del Canal de la Mancha, Jersey y Guernesey. También se trataba de islas muy próximas a la costa continental extranjera, en este caso francesa, y en este ejemplo, indudablemente habitadas y con vida económica propia. La Gran Bretaña sostenía, aplicando criterios de equidistancia y geográficos, que las islas deberían quedar unidas a la plataforma continental británica. Sin embargo, el Tribunal arbitral rechazó la pretensión británica y sólo concedió a las islas una plataforma continental de 12 millas de anchura”. (Lacleta, 2003, p.13)

c. República Federativa do Brasil – Arquipélago de São Pedro e São Paulo

O Brasil constitui-se como um dos países que no mundo detém maiores fronteiras marítimas e o principal no que concerne ao Atlântico Sul. É um dos poucos países que regista uma das maiores taxas de crescimento económico, o mar representa uma das bases para aquele crescimento, atento o facto de 95 % do seu comércio externo ser efetuado pelo mar, com recurso a mais de 40 portos que potenciam as importações e as exportações. (Marinha do Brasil, 2012)

O Brasil foi um dos principais impulsionadores para que fosse adotada uma convenção de DIM que pudesse agregar normas de direito para o mar, que fossem seguidas pelos Estados. A CMB entrou em vigor em 1994, o que permitiu o estabelecimento da ZEE como garante da soberania de um enorme espaço circundante a todo o país.

Do cotejo dos preceitos legais ali constantes, o Brasil entendeu que o ASPSP constituía uma possível hipótese para o aumento da sua ZEE em 430.000¹⁶ km², atento o carácter de ilha em vez de rochedo que aquelas formações naturais poderiam assumir.

¹⁶ Conforme nota nr 09, expresso em km².



Figura 10 – Vista aérea do ASPSP. Fonte: SECIRM

(1) Caracterização geográfica

O arquipélago de São Pedro e São Paulo (ASPSP) situa-se no Atlântico-Norte Equatorial (00°55'02"N; 29°20'42"W). A área total emergida é de aproximadamente 13 mil m² à altitude máxima de 18 m. É constituído por cinco ilhas maiores e numerosos rochedos, sendo um dos lugares mais inóspitos do país:

- Ilha Belmonte (Sudoeste): 5.380 m²
- Ilha Challenger (São Paulo, Sudeste): 3.000 m²
- Ilha Nordeste (São Pedro): 1.440 m²
- Ilhota Cabral (Noroeste): 1.170 m²
- Ilhota Sul: 943 m² (Wikipédia, 2011)

Trata-se de um conjunto de pequenas ilhas rochosas que se situa na parte central do Oceano Atlântico equatorial, à distância de 339 MN do arquipélago de Fernando de Noronha, 532 MN do ponto mais próximo do Continente e 1010 km a partir da cidade de Natal.

“O Arquipélago de São Pedro e São Paulo constitui o ponto mais avançado do território brasileiro no Oceano Atlântico, sendo o único conjunto de ilhas oceânicas do país



O “regime das ilhas” na Convenção de *Montego Bay*

no hemisfério norte. Sua posição geográfica é economicamente estratégica, por se localizar na rota de peixes de comportamento migratório, como o atum.” (Maciel, 2003, p.4)

(2) Antecedentes históricos

De acordo com os registros históricos existentes, o ASPSP terá sido descoberto por navegadores portugueses em 1511, em concreto por Manuel de Castro Alcoforado, então capitão da caravela São Pedro, que ali se afundou durante uma noite de navegação, tendo a sua guarnição sido salva pela caravela São Paulo, dando assim nome ao Arquipélago.

Em 1995 o governo brasileiro instalou um farol naquelas ilhas com o intuito de minorar os naufrágios que ali aconteciam. Mais tarde em 1996, através da Comissão Interministerial de Recursos do Mar (CIRM), criou o Grupo de Trabalho Permanente para ocupação e pesquisa no ASPSP com o principal propósito de instalação de uma estação científica na ilha de Belmonte. (Campos et al., 2005, p.255)

(3) Soberania territorial e recursos naturais

Ainda que o Brasil disponha de uma enorme extensão de território terrestre, importa aqui sublinhar que a sua ZEE tem uma “área aproximada de 3.539.919 km² os quais, somados aos cerca de 950.000 km² de plataforma continental reivindicados junto à Comissão de Limites da Plataforma Continental da ONU, perfazem um total de 4.489.919 km², delimitando o que denominamos de Amazônia Azul, uma extensa área oceânica, adjacente ao continente brasileiro, e que corresponde a aproximadamente 52% da nossa área continental.” (Marinha do Brasil, 2012) Os 430.000 km² de ZEE determinada pelo ASPSP representa, aproximadamente, 10% de toda a ZEE ou 5% do território Nacional.

Como tal, estes 5% de território encerram em si mesmo a possibilidade de exploração de inúmeros recursos. No que concerne aos não vivos, “os minerais marinhos que despertam maior interesse comercial são os nódulos polimetálicos e, principalmente, os sulfetos polimetálicos. Estes últimos são encontrados em profundidades médias de 2500 m e ocorrem com altas concentrações de cobre, zinco, chumbo, ouro e prata. Estima-se que os seus depósitos nos oceanos possam ser de até 100 milhões de toneladas. Os maiores depósitos em área são aqueles encontrados em sítios hidrotermais ativos em cordilheiras mesoceânicas cobertas por sedimentos.” (Maciel, 2003, p.5)

Sobre os recursos vivos do arquipélago, estes constituem já hoje uma realidade, em especial os que estão ligados à atividade piscatória. “O ASPSP constitui também uma das



O “regime das ilhas” na Convenção de *Montego Bay*

mais importantes áreas de pesca do Nordeste brasileiro, sendo bastante visitada por embarcações baseadas em portos nordestinos, principalmente em Natal-RN e Recife-PE. Desde 1988, a frota atuneira sediada em Natal, por exemplo, mantém pesca regular nas adjacências do Arquipélago, objetivando a captura de espécies pelágicas migratórias, como o peixe-rei, a albacora-laje e o peixe-voador. Como resultado dessa atividade, são capturadas anualmente em torno de 600 toneladas de peixes, correspondendo a aproximadamente 1,95 milhão de reais, em valor de cais, gerando cerca de 100 empregos diretos e 500 indiretos, o que atribui ao ASPSP, também, grande relevância social.” (CIRM, 2005, p.77)

(4) *Quid juris* ?

Como referimos anteriormente, o Brasil foi sempre um dos países acérrimos defensores da CMB, tendo, como tal, sido assinada em 10 de dezembro de 1982 e posteriormente ratificada em 22 de dezembro de 1988. Entrou em vigor a 16 de novembro de 1994, tendo sido promulgada pelo Decreto nº 99.165, de 12 de março de 1990 importando assim para o direito interno brasileiro os conceitos de MT, ZEE e PC.

Assim, em 1993 o Governo brasileiro sancionou a lei n.º 8.617 de 04 de janeiro, que fez coincidir os limites da delimitação marítima brasileira com os que se encontram previstos na CNUDM. (Souza, 1999)

Desde 1998 que as autoridades Brasileiras têm garantido a ocupação humana do arquipélago, com o objetivo de o tornar elegível para dispor de uma ZEE e de plataforma continental. Para tal elaborou o “Programa Arquipélago, que estabeleceu no local uma estação científica, a qual abriga quatro pesquisadores civis, substituídos a cada quinze dias. A estação possui gerador, paiol de combustíveis e píer para pequenas embarcações, utilizando-se ainda de sistema de geração de energia solar e equipamento de dessalinização para produção de água potável.” (Gonçalves, 2002)

Deste modo, o Governo brasileiro através do Estado-Maior da Marinha, a partir de 1994 tomou diversas medidas que pudessem consubstanciar a habitação humana e que intensificassem os vínculos de atividade económica naquela região. Assim, “foram tomadas as seguintes medidas:

- Em 1995 foi construído um farol na Ilha Belmonte;
- Foi realizada a alteração da toponímia de "Penedos de São Pedro e São Paulo" para "Arquipélago de São Pedro e São Paulo";



O “regime das ilhas” na Convenção de *Montego Bay*

- Em 1996 foi aprovado o Programa Arquipélago (PROARQUIPÉLAGO);
- Em 25 de junho de 1998 foi inaugurada uma Estação Científica no arquipélago, sendo instalada na Ilha Belmonte, e ocupada permanentemente a partir daquela data por 3 ou 4 pesquisadores brasileiros, que são substituídos a cada 15 dias;
- Em 25 de agosto de 1998 foi criado o Comitê Executivo, coordenado pela Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (SECIRM), com representantes da Marinha do Brasil, do IBAMA¹⁷, dos Ministérios das Relações Exteriores, da Educação, das Minas e Energia, da Ciência e Tecnologia e do Meio Ambiente. Este Comitê é responsável por operacionalizar e manter a Estação Científica e conduzir um programa contínuo e sistemático de pesquisas no Arquipélago.” (Maciel, 2003, p.6)

As instalações que ali foram edificadas são extremamente simples, assentes em estacas projetadas para resistir aos abalos sísmicos, e compõem-se de uma cozinha, uma sala de refeições, um centro de comunicações, um quarto para quatro pessoas e uma casa de banho. No telhado foram instalados painéis fotovoltaicos para puderem fornecer energia a um complexo de baterias que alimenta todas as necessidades. Existe também um equipamento de dessalinização da água do mar. (Giacomini, 2011)

Uma vez ocupado em permanência o ASPSP, o Brasil pôde estabelecer uma ZEE com base no conceito de ilha, por oposição ao de rochedo, passando o país a exercer soberania e a exploração de recursos sobre uma área de 430.000 km² com os direitos que a CMB prevê.

Assim, “após 17 anos de intensos trabalhos, em agosto de 2004, a proposta brasileira foi apresentada à CLPC, da ONU, contendo o pleito de uma área, além das duzentas milhas da Zona Econômica Exclusiva (ZEE), com aproximadamente 950.000 km²”, (Marinha do Brasil, 2012) proposta esta que inclui igualmente a “delimitação de seu mar territorial em torno da área de Proteção Ambiental (APA) do ASPSP, para uma área com 200 milhas náuticas de raio, área esta denominada de ZEE.”¹⁸ (Campos et al., 2005, p.263)

¹⁷ Nossa nota de rodapé. Instituto Brasileiro do Meio-Ambiente e dos Recursos.

¹⁸ A CLPC registou algumas recomendações sobre a proposta apresentada, mas nada referente ao ASPSP.



Finalizamos referindo que “há precedentes referentes à situação de outras ilhas, semelhantes às de São Pedro e São Paulo, como os Rochedos Rockall (Reino Unido), Okinotorishima (Japão), Clipperton (França), Jan Mayen (Noruega), Aves (Venezuela), e algumas ilhas do Havaí (EUA). Todos esses casos são de pequenas ilhas, não habitadas, algumas sem qualquer vegetação, nas quais a presença humana é por meio de equipes de pesquisadores”. (Gonçalves, 2002)

d. República Popular da China – Ilhas do Mar do Sul da China (Ilhas *Paracel* e Ilhas *Spralty*)

Por todos os motivos que adiante analisaremos, é nesta zona do globo que se desenrolam vários dos maiores conflitos e disputas territoriais que têm como base a soberania sobre as ilhas, aqui definidas em sentido amplo.

Um desses motivos reside na interação entre inúmeros Estados costeiros com interesses comuns em zonas idênticas, onde crescem as indefinições de qual o Estado soberano sobre algumas das ilhas existentes. Neste particular a RPC assume o seu papel como o Estado de maior dimensão e de potência hegemónica na região, onde as suas reclamações pela soberania territorial são complementadas com o maior poderio militar, força diplomática e potência económica da qual interdependem todos os seus Estados circundantes. “*China is a coastal State with a coastline of more than 18,000 kilometers and is adjacent or opposite to eight neighboring countries surrounding the Yellow Sea, the East China Sea and the South China Sea.*” (Zhenmin, 2007, p.25)¹⁹

Quando falamos em Estados costeiros, tratamos de uma semântica que nos remete para a CNUDM, enquanto base para quem cruza as mesmas rotas marítimas. De facto, nesta zona do Mar Índico encontramos o local onde aquele preciso legal encontra a possibilidade da sua total aplicação, atentas as realidades que o enformam estruturalmente, sejam os Estados costeiros com grandes extensões de costa, estados sem litoral mas que ainda assim vêm consagrados os seus direitos de acesso ao mar, estados arquipelágicos como seja o arquipélago das Filipinas que assim pode delimitar as suas linhas de base em ordem a esta condição, inúmeros recursos naturais, energéticos e piscatórios, bem como de

¹⁹ Diretor-Geral, Department of Treaty and Law, RPC.



rotas marítimas fundamentais para o comércio mundial, sejam de *commodities*²⁰ ou de produtos acabados.

Contudo, na base das disputas pela soberania das ilhas estão questões totalmente tangíveis, como sejam os recursos que as mesmas podem proporcionar no seu território terrestre, mas, principalmente, na zona marítima de soberania. Recursos, entendemos como sejam vivos e não vivos, incluídos os piscatórios na primeira categoria e os energéticos na segunda. De facto, é neste âmbito que surgem as principais disputas em análise, atentas os recursos energéticos existentes no Mar do Sul da China e necessários para o crescente consumo de energia que sustenta toda a indústria transformadora situada no sudoeste asiático. “*China afronta un doble desafío estratégico en ámbito marítimo. Por una parte la defensa marítima y por la otra la necesidad de asegurar su comercio marítimo y los suministros energéticos y de materias primas que abastecen a su industria.*” (Ferreirós, 2011, p.3)

Do cotejo dos dois parágrafos anteriores surgem as Ilhas Paracel e as Ilhas Spratly como determinantes para o assegurar dos desideratos expostos. “*The South China Sea, with an area of approximately 3 million km² (equivalent to around 874,660 nm²) is not only the largest maritime area in the Southeast Asian region but also the 26th largest basin in the world. The littoral states, in clockwise order from the north, are China, Taiwan, the Philippines, Malaysia, Brunei, Indonesia, Singapore, Thailand, Cambodia, and Vietnam.*” (Schofield & Wang, 2012, p.75) Assim, entendemos lançadas as bases de enquadramento para a análise sobre o presente estudo de caso, atentos os envolvidos, o número de ilhas em questão, a sua diversidade geográfica, o facto de muitas delas se encontrarem sem ocupação humana, os aspetos históricos que enformam a legitimidade da soberania, mas, em especial, na sua capacidade de gerar, com base jurídica, novas fronteiras de soberania marítima.

(1) Caraterização geográfica

Os dois arquipélagos caracterizam-se, em primeiro lugar, pela dificuldade de quantificar o número de ilhas que compõem os mesmos, atenta a própria definição de ilha,

²⁰ *Commodities*, é um termo de língua inglesa que significa mercadoria, que aqui evidenciamos para designar produtos de origem primária utilizados nas transações comerciais nas bolsas de mercadorias.



Ilhas Paracel (Hsi-sha-chun-dao)

As ilhas Paracel situam-se entre os paralelos 16° e 17° Norte e os meridianos 111° a 113°, aproximadamente a 180 MN da ilha de Hainan e do Vietname. O arquipélago encontra-se dividido em dois grupos, o *Amphitrites* e o *Crescent group*, os quais distam cerca de 38 MN um do outro. “*In the west, the Crescent Group consists of 5 main islands: Robert Island (0.32 square kilometres), Duncan Island (0.48 square kilometres), Palm Island (0.09 square kilometres), Drummond Island (0.41 square kilometres), on which there are 5 tombs, and Pattle Island (0.3 square kilometres), which displays the remains of a landing stage and a channel. Some 12 kilometres away lies Money Island (0.5 square kilometres), then further south, Triton Island. Each island has its own coral reef, with openings enabling shallow-bottomed craft to beach. In the west, the Amphitrite group consists of Woody Island, Rocky Island, South Island, Middle Island, North Island, Tree Island, and to the east of this group, Lincoln Island.*

*The largest of them is Woody Island, which is no more than 4 kilometres long and 2 to 3 kilometres wide.*³ Apart from the two groups of islands mentioned above, the archipelago as a whole consists of over 30 islets, sandbanks or reefs and occupies some 15,000 square kilometres of the ocean surface.” (Chemillier-Gendreau, 2000, p.16)

No que respeita ao clima, trata-se de uma zona quente e húmida com constante precipitação e ventos fortes.

Ilhas Spralty (Nan-sha-chun-dao)

À semelhança das ilhas anteriormente descritas, neste caso ainda se torna mais difícil a caracterização e descrição deste arquipélago, uma vez que existem ainda muitas mais formações naturais de difícil classificação. “*The total surface area encompasses almost 160,000 square kilometres of water (over ten times bigger than the Paracels)*”. (Chemillier-Gendreau, 2000, p.16) O Arquipélago situa-se no paralelo 12° N e no meridiano 111° E, e situa-se a cerca de 300 MN a Oeste da ilha Filipina de Palawan, a cerca de 300 MN do Vietnam e a cerca de 650 MN a Sul de Hainan.



O “regime das ilhas” na Convenção de *Montego Bay*

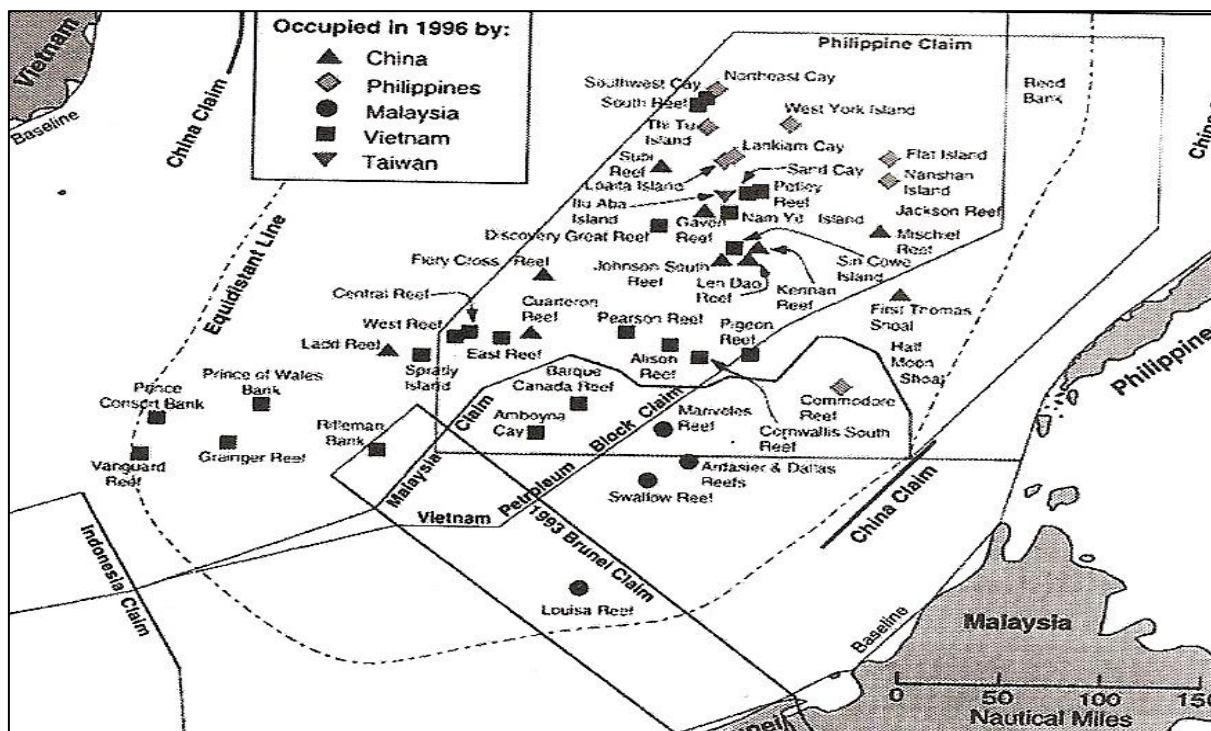


Figura 12 – Ocupação das Ilhas *Spratly*. Fonte: (Emmers, 2010, p.143)

(2) Antecedentes Históricos

A questão da soberania sobre as ilhas constitui a base principal para a contenda entre os vários países costeiros no Mar do Sul da China, sendo uma das razões invocadas a respetiva ocupação histórica. Em complemento, a ocupação colonial que os arquipélagos sofreram por parte da França, da Inglaterra e do Japão veio adensar as questões da soberania que assim se sobrepunham ao curso histórico. Contudo, no século XX, em especial no final da II Guerra Mundial, aquelas potências retiraram das ilhas ocupadas deixando uma serie de equilíbrios de poder totalmente instáveis e à mercê dos poderes asiáticos emergentes.

São vários os países que detêm soberania nas ilhas dos dois arquipélagos, conforme ilustrado na figura n.º 12. Por uma questão de delimitação, analisaremos de uma forma sintética os mais importantes. Como tal, surge a Republica Popular da China como um dos principais países reclamantes de soberania naquelas águas, tendo por argumento que as suas primeiras referências históricas da ocupação remontam ao século II. “... *the country has argued that Chinese fishermen used the islands as transit during the Western Han Dynasty.*” (Emmers, 2010, p.66) Em complemento, afirmam que as primeiras investidas no sentido de dar um nome, de cartografar, de patrulhar e de estabelecer linhas de navegação são da sua autoria. Já em Agosto de 1951, Zhou En-lai, o então *foreign minister* afirmava



O “regime das ilhas” na Convenção de *Montego Bay*

que “ *The inviolable sovereignty of the People’s Republic of China over Spratly Islands and the Paracel Archipelago will be no means be impaired.*” (Furtado, 1999, p.389)

De igual modo, surge também a República do Vietnam como um dos principais contendores na questão do reconhecimento da sua soberania, que neste caso vê a sua questão de direito assente na questão histórica afirmando que “*emperors had effectively administrated the Spratly archipelago since 1800s.*” (Furtado, 1999, p.390) Neste âmbito, não é igualmente despidendo referir mais dois países que de igual modo advogam a soberania nalgumas das ilhas, como é o caso das Filipinas e da Malásia. No primeiro caso, as referências históricas de ocupação surgem em 1956 através da reclamação da descoberta de um grupo de ilhas, mais tarde consolidada em 1968 com a ocupação militar de oito ilhas, a qual mantém até hoje com incrementos significativos como é o caso da pista de aterragem na ilha de *Thitu*. Sobre a Malásia, importa referir que em 1979 o seu governo publicou cartas náuticas que davam conta da ocupação de algumas ilhas na parte meridional, argumentando que até essa data aquelas formações não tinham Estado soberano e estavam desabitadas. (Furtado, 1999, pp.392,393)

(3) Soberania territorial e recursos naturais

Aqui ancoramos duas realidades distintas, mas que, nesta zona do globo, se complementam. Falamos de território para designar a capacidade e o poder de controlo sobre as principais rotas marítimas do Sudeste asiático e falamos de território para designar a área de soberania dos Estados sobre zonas de potencial exploração de fontes energéticas. “*Chinese territorial claims may be attributable to its belief in the existence of natural resource reserves in the East and South China seas as well as a play for greater within the region.*” (Emmers, 2010, p.27)

Quando pensamos em sudeste Asiático, naturalmente pensamos em produção, em números tão comumente propalados que estimam que a produção mundial tenha cerca de 40 % nesta área do Mundo. Para tal, importa garantir o controlo das rotas marítimas de suporte a esta atividade económica, uma vez que a produção necessita das *commodities* a incorporar nos seus processos “*Desde allí una parte se dirige, cruzando Suez, o vía el Cabo, a Europa y América, mientras que otra, la mayor, unos 13,6 millones de barriles al día, se mueve hacia el este, para cruzando los Estrechos de Malaca, por los que circulan 66.000 buques al año, abastecer a China, Japón y otras naciones del Extremo Oriente*”ⁱⁱⁱ. *Actualmente el 75% de las importaciones asiáticas de energía proceden del área del Golfo, alcanzando el*



O “regime das ilhas” na Convenção de Montego Bay

90% en el caso de Japón, la India, o China e precisa também de escoar os produtos acabados”. (Ferreirós, 2011, p.4) Neste âmbito, elegemos a importância dos estreitos de Malaca e de Singapura, por onde passa 25 % do comércio internacional e metade do petróleo produzido a nível mundial, num total de 50.000 navios todos os anos. (Zhenmin, 2007, p.15)

No tocante a recursos existentes, são várias as estimativas efetuadas, mas todas elas projetam a zona como sendo fundamental na exploração dos recursos energéticos existentes. *“Natural resources in the South China Sea are abundant. In addition to marine living resources, mineral reserves (including oil and gas) have huge potential. Scientists estimate that there are five sedimentary basins in the northern part of the South China Sea with an area of 420,000 km². As of 1997, 56 oilfields or structures had been discovered, containing 700 million tons of oil and 310 billion cubic meters of gas.¹ In the Spratly area, there are eight sedimentary basins with an area of 410,000 km², of which 260,000 km² are within China’s unilaterally claimed U-shaped line.² An incomplete estimate from China shows that these eight sedimentary basins contain 34.97 billion tons of petroleum reserves, including the discovered 1.182 billion tons of oil and 8,000 billion cubic meters of gas. Additionally, oily sedimentary basins around the Paracel Islands exist, though no proven hydrocarbon resources have been discovered. Thus the South China Sea is sometimes called a second “Persian Gulf.” But, unlike the Chinese estimation, the general view outside of China is less optimistic.*” (Keyuan, 2007, p.155)

Importa referir que a exploração daqueles recursos é constante e que tem vindo a ser efetuada por contratos combinados entre vários países para a exploração em vários locais previamente identificados.

(4) *Quid jûris?*

Iremos analisar o emprego das normas aplicáveis, em sentido amplo, ao caso em concreto dos arquipélagos, atento um ponto de partida segundo o qual não existem nesta zona do globo fronteiras marítimas definidas e aceites por todos os s contrainteressados. O principal costeiro, a Republica Popular da China, foi um dos Estados que fez parte das negociações da CNUDM, a qual assinou e ratificou em 1996, dando assim início a uma serie de iniciativas legislativas internas que estabeleceram o seu MT e zona contígua em redor da sua costa mas também nas suas pretensões nas ilhas *Paracel*. (Zhenmin, 2007, p.26) Mas, ainda assim, a questão das ilhas nesta região do globo continua pendente de



O “regime das ilhas” na Convenção de *Montego Bay*

resolução, o que pode constituir um motivo de discórdia atentos os interesses que consubstanciam aquelas disputas. “*There are more than one hundred insular features, including reefs, rocks, sandbanks, islets, and islands in the Spratly Islands group alone, which are claimed in whole or in part by Brunei, China, Indonesia, Malaysia, the Philippines, Taiwan, and Vietnam.*” (Schofield & Wang, 2012, p.65)

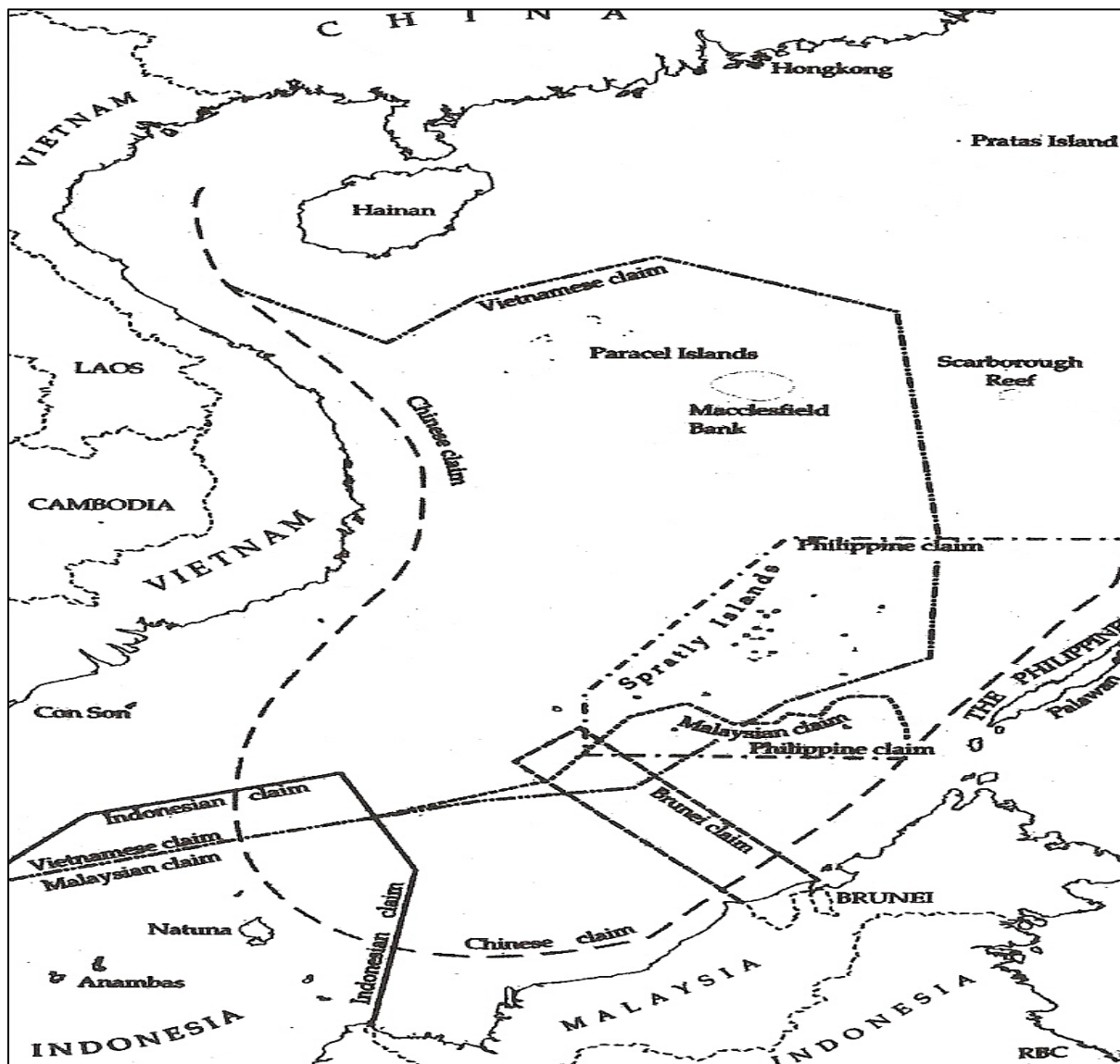


Figura 13 – Delimitação marítima. Fonte: (Emmers, 2010, p.142)

Atento o que precede, e presente que muitos Estados costeiros já ratificaram a “*Montego Bay*”, subsistem ainda inúmeras fontes de disputa pelas “ilhas”, matéria regulada naquela Convenção, o que parece sugerir um contrassenso. Vejamos. Curiosamente, naquelas disputas, não se trata de matéria de direito ou de facto sobre a possibilidade das formações naturais gerarem ou não maiores áreas de soberania, mas sim de reconhecer



O “regime das ilhas” na Convenção de *Montego Bay*

qual o Estado costeiro que detém soberania numa ou mais ilhas, o que foge totalmente do âmbito da Convenção. Apesar de existirem questões legais ínsitas no regime específico das ilhas, a contenda entre os países não é no sentido de “catalogar” as cerca de 300 ilhas como potenciadoras de zonas de soberania e de recursos, mas sim na determinação da bandeira que deve ser hasteada, o que foge completamente à CMB, e à sua aplicação. Assim, a questão histórica e a identificação de qual o país que primeiro descobriu cada uma das ilhas torna-se como primordial para encontrar a solução para as contendas.

Mas, e se ainda assim, depois desta questão ultrapassada, será que todas as formações geológicas existentes nos dois arquipélagos preenchem os requisitos para serem juridicamente consideradas como ilhas e gerar ZEE e plataforma continental de acordo com o previsto no artigo 121.º da CNUDM? O n.º 3.º desta norma refere os conceitos indeterminados de “habitação humana” e de “vida económica”, que importa também aqui analisar. Sobre o primeiro, se o entendermos aqui como a capacidade que o território possa ter para sustentar a habitação humana, isto é, as condições naturais proporcionadas para suportar que ali vivam seres humanos, podemos extrapolar para a existência de água potável como uma base para aquele objetivo. Neste caso, apenas duas ilhas encaixam neste critério, as ilhas de Tai-pin-dau (Itu Aba Island) sob o controlo de Taiwan e a ilha de Pagasa, sob a alçada das Filipinas. Seria totalmente redutor e certeza de polémica considerar apenas este fator como destrição entre ilhas e rochedos.

Analisando a questão da “vida económica”, podemos eleger a atividade piscatória e a existência de petróleo e de gás natural nas zonas dos dois arquipélagos como potencialidades que se inserem naquele âmbito, o que, numa visão académica, faz com que toda e qualquer formação que se mantenha acima do nível da água do mar na preia-mar se encontra abrangida pelo critério de ser uma ilha. (Schofield & Wang, 2012, pp.76,77) De igual modo, entendemos que a visão não poderá ser assim tão redutora, e que o critério para a destrição entre as duas realidades terá que ser encontrado por cotejo de outras situações, sob pena de nunca se encontrar a localização ideal para a colocação da “fronteira”. *“For example, both the PRC and the Philippines claim Scarborough Reef which lies some 215 kilometers west of the Philippines. While some features of the reef are submerged, others manage to remain above sea level at all times. However, as those features are unable to generate any sort of economic activity and are uninhabitable, they cannot be used to claim an EEZ. In spite of this, the PRC and the Philippines continue to*



O “regime das ilhas” na Convenção de *Montego Bay*

engage in an open confrontation over who has legitimate control over Scarborough Reef.”
(Xavier, 1999, p.397)

Continuando nesta linha de raciocínio, e se todas as ilhas pudessem gerar uma ZEE e uma PC? Importa dizer que, atentas as características do mar do Sul da China, onde a proliferação de ilhas, ilhotes, recifes, rochedos e outras formações são tão grandes e tão dispersas e dada a existência de tantos Estados costeiros contendores, o ganho de soberania territorial não seria assim tão efetivo atenta a regra da delimitação por equidistância. *“...the outer limits of 200 nm shall be drawn from the coastline of the mainland and other accepted offshore islands. As a result, a high seas area would be created in the middle of the South China Sea and the area encompassed by overlapping claims to maritime jurisdiction would be significantly reduced.”* (Schofield & Wang, 2012, p.77)

Atentas as dificuldades em aplicar o artigo 121.º da CNUDM, cuja base engloba conceitos indeterminados, a situações em concreto que assumem inúmeras formas e contornos legais, julgamos que a solução ou o seu princípio só poderá residir na cooperação entre os Estados, através do estabelecimento de linhas de navegação solidas e de plataformas de entendimento para a exploração conjunta dos recursos existentes nesta área. Neste caminho já muito tem sido feito, foram já assinados vários acordos bilaterais entre a RPC e outros Estados para a exploração de recursos energéticos em determinadas localizações, muito também pelo esforço da Association of the Southeast Asian Nations (ASEAN). *“This was explicitly written into the Joint Statement issued at the China-ASEAN informal summit in 1997. The Chinese government has put forward the proposition of “shelving disputes and going in for joint development.” China is ready to shelve disputes and to conduct cooperation with the countries concerned pending dispute settlement.”* (Zhenmin, 2007, p.27).



4. Análise da Conflitualidade

As definições e tentativas de delimitação do conceito de conflito são inúmeras e totalmente inconclusivas. De acordo com Julien Freund, «O conflito consiste num afrontamento intencional entre dois seres ou grupos da mesma espécie que manifestam, um em relação ao outro, uma intenção hostil, em geral a propósito de um direito, e que para manterem, afirmarem ou restabelecerem esse direito procuram quebrar a resistência do outro, eventualmente pelo recurso à violência física, a qual pode tender, se necessário, ao aniquilamento físico.» Já para L. Coser, este define o conflito como «um afrontamento em torno de valores e de reivindicações relativas a recursos, estatutos, direitos ou poder, em que cada um dos oponentes visa neutralizar, causar danos ou eliminar o seu adversário». (COUTO, 1987)

Ambas as definições tendem a sobressair o objetivo que subjaz ao conceito, deixando de lado as várias formas e graus que o mesmo assume e que nos interessa particularmente para o desiderato deste trabalho, ainda que esta questão seja a jusante amplamente tratada.

Distinguimos quatro graus de conflito (CORREIA, 2010, p.50):

- A não-guerra, correspondente a uma situação de crise, onde se tenta coagir o oponente por meio da dissuasão;
- A violência sem guerra, que engloba o recurso a meios de coação violentos, mas sem o conceito de guerra aberta, como sejam atos de sabotagem;
- A guerra sem violência, onde existe a mobilização militar mas sem o seu emprego;
- A guerra violenta, tal como a conhecemos nas suas diversas formas.

Contudo, importa verificar que a atribuição de uma qualquer classificação a um conflito ou a uma disputa terá que ser efetuada com base numa majoração em função de factos concretos, pelo que importa medir a conflitualidade associada a cada estudo de caso analisado. Em todos eles existem uma série de acontecimentos, internos e externos aos respetivos Estados costeiros, os quais iremos catalogar de acordo com o modelo adotado no sentido de atingir para cada um deles um determinado grau de conflitualidade.



Mas, *ab initio*²¹, importa esmiuçar a diferença entre conflito e conflitualidade como base fundamental para a medição em apreço. Analisando alguma literatura sobre este tema, surge-nos a definição “*Conflict, armed. An armed conflict is a contested incompatibility that concerns government and/or territory where the use of armed forces between two parties, of which at least one is the government of a state, results in at least 25 battle-related deaths in one calendar year.*” (UCDP, 2012) Decorre da presente definição que o pressuposto sobre um conflito tem implícita a mobilização militar ou a existência de ameaças assimétricas, mas sempre com o uso da força e da violência e por forma a causar baixas no outro beligerante. No que respeita aos estudos de caso analisados no capítulo precedente, as disputas em análise encontram-se num Estado totalmente diferente em termos do seu potencial de evolução, pelo que iremos usar o termo conflitualidade não como sinónimo de conflito, mas sim de disputa de interesses comuns entre os Estados costeiros.

Contudo, a conflitualidade associada às disputas reveste-se de várias formas e engloba diversos fatores, pelo que importa adotar um modelo único que possa servir de base à edição, comparação e relacionamento entre elas. Como tal, o modelo que escolhemos reveste-se de uma grande simplicidade e tem como principais características a incorporação de avaliações subjetivas²², que serão minimizadas pela aplicação da nossa adaptação, e a capacidade de medir e catalogar comportamentos de conflitualidade de muito baixa intensidade, uma vez que estamos na presença de disputas sem qualquer ação armada entre os Estados contrainteressados.

a. Modelo

O modelo que adotámos como base foi preconizado pelos Professores Russell J. Leng e Charles S. Gochman em 1982, no artigo “*Dangerous disputes: A study of Conflict Behavior*” (Leng & Gochman, 1982)

O modelo em apreço foi criado pelos autores no sentido de tentar explicar porque é que algumas disputas entre Estados resultam em guerra, aqui entendida como ações armadas, e outros não passam de uma escalada de violência que não passa do plano verbal.

²¹ Do latim: “desde o início”.

²² Referimos que este modelo é mais subjetivo em relação aos inúmeros modelos existentes na literatura sobre esta matéria, que assumem variáveis e relações matemáticas para elaborar modelos preditivos sobre a eclosão de conflitos armados.



O “regime das ilhas” na Convenção de *Montego Bay*

Para tal, analisam a existência de padrões comuns às várias disputas, detalhando dois conjuntos de fatores particularmente importantes, como sejam o comportamento dos contendores (forma como as duas partes interagem entre si) e os atributos dos potenciais beligerantes e da própria causa da disputa (características não comportamentais da disputa e dos disputantes).

No que concerne ao comportamento dos contendores, a tipologia dos conflitos com disputas potencialmente militares²³ resulta em três tipos de dimensões fundamentais para garantir e caracterizar a estratégia da disputa. A primeira é definida pelos autores como a “*militarization*”, a qual traduzimos livremente para “mobilização militar”, assumindo assim o significado, as dimensões e facetas associadas a ameaças físicas e mobilização de recursos militares. Assume-se como uma dimensão da estratégia de disputa e representa os instrumentos de persuasão que podem ser usados. Depois, é definida como segunda dimensão a “*escalation*”, traduzido por nós para “agravamento”, uma vez que se trata da forma como os instrumentos de persuasão são usados. Consubstancia-se como um incremento do número e/ou da magnitude da disputa, analisadas as palavras e as ações físicas em uso. É um conceito distinto e independente da ideia de mobilização, uma vez que uma disputa com carácter vincado de mobilização não significa necessariamente que seja acompanhado com um substancial agravamento da disputa. Contudo, embora os conceitos supramencionados sejam independentes, surge a terceira dimensão que se torna fundamental: o grau de simetria, “*reciprocity*” no original do modelo e traduzido por nós para “reciprocidade”. Um Estado pode mobilizar as suas tropas, conduzir exercícios hostis e reforçar as fronteiras, mas precisará sempre da reciprocidade do seu oponente para que se possa ser iniciado um conflito.

O modelo apresentado surge com uma excelente representação gráfica das três dimensões, o designado “cubo do conflito”, cuja figura explica em suma a ideia que lhe subjaz.

²³ Entendemos como conflitos entre varias nações onde pelo menos uma delas ameaça usar ou usa mesmo a força militar.

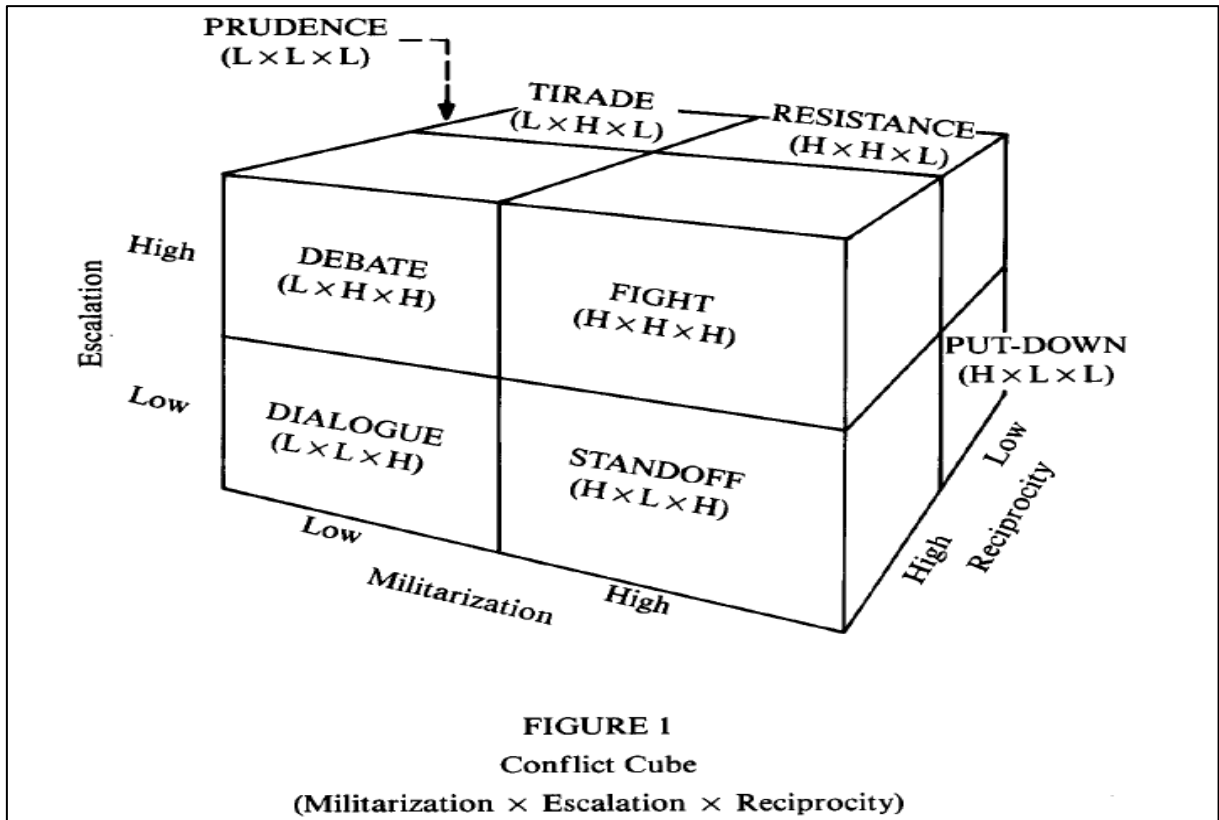


Figura 14 – *Conflict Cube*. Fonte: (Leng & Gochman, 1982, p.669)

O cubo define-se pelos três eixos anteriormente explicados, fazendo assim uma trilogia da qual resultam grupos de disputas. A aplicação de majoração *high* ou *low* a cada fator permite desenvolver oito quadrantes do cubo, representando cada um deles um perfil de comportamento para a disputa em análise.

Assim, o lado esquerdo da figura geométrica representa e caracteriza disputas com elevado nível de diálogo, enquanto no lado direito existem representadas disputas com propensão para resultarem em conflitos armados. As oito dimensões definem-se, sucintamente, da seguinte forma:

Fight – Disputas mais proeminentes para resultar em conflito armado, uma vez que cada contendor está empenhado em resolver a disputa, respondendo a todas as ameaças em crescendo e caminhando para a guerra. Tem implícita uma grande mobilização de meios militares;

Resistance – Disputas onde um dos contendores tenta controlar o outro por submissão, normalmente associada a maiores poderios militares;



O “regime das ilhas” na Convenção de *Montego Bay*

Standoff – Disputas onde funciona muito bem o conceito de dissuasão. Os contendores diferem no tempo as ações de violência, mas sem interesse em aumentar o nível de propensão para a guerra;

Put-down – Disputas com baixa reciprocidade e como tal podem resultar num conflito levado a efeito apenas por um dos lados;

Debate – Caracteriza-se por muita discussão verbal, mas nenhum dos Estados deseja avançar para o conflito;

Tirade – Existe muita discussão verbal mas apenas do lado de um contendor;

Dialogues – Ambos os contendores estão interessados em não deixar que exista uma escalada de violência, fazendo interações para conseguirem os seus objetivos. As ameaças proferidas não têm atos militares relevantes. Neste caso, os acordos e as conciliações são frequentes;

Prudence- É uma disputa onde o comportamento se caracteriza por não deixar que a disputa evolua para a guerra, mas onde um dos contendores tem um diálogo muito mais assertivo enquanto o outro é mais ausente, deixando pairar uma enorme assimetria.

Apresentado o modelo para a catalogação e tipificação da conflitualidade, os autores no seu documento original fizeram a aplicação do mesmo ao elencarem 30 conflitos escolhidos de outros artigos já existentes sobre esta matéria, sendo que todos os conflitos se encontravam extremamente detalhados, e aos quais foram dadas pontuações numa escala de zero a 100 em cada dimensão, por forma a conseguirem destringer as pequenas diferenças entre os mesmos.

Contudo, e para análise ao caso presente, aplicamos aqui uma majoração da nossa autoria, em que as três dimensões fundamentais da conflitualidade (mobilização, agravamento e reciprocidade) serão pontuadas de zero a três, correspondente a “baixa”, “média” e “alta”, resultando numa combinação linear de 27 resultados possíveis²⁴. Exemplificando, para um determinado estudo de caso, poderemos pontuar a “mobilização” com dois pontos, o “agravamento” com três e a “reciprocidade” com dois pontos, o que nos daria o resultado de 12 pontos. Mas, para outro estudo de caso, onde pontuemos com dois pontos a “mobilização”, com dois pontos o “agravamento” e com três pontos a

²⁴ Princípio da contagem estatística, conforme exemplificado em (Larson, 1982, p.42).



O “regime das ilhas” na Convenção de *Montego Bay*

“reciprocidade”, estaríamos igualmente com uma pontuação total de 12 pontos, o que nos situa esse conflito na mesma categoria do anterior.

Assim para cada resultado obtido no conjunto das 27 possibilidades, catalogámos os mesmos de acordo com a seguinte tabela:

Tabela 1 – Categorização das hipóteses. Fonte: Própria

HIPÓTESES	Mobilização	Agravamento	Reciprocidade	Total (C*D*R)	Categoria
1	3	3	3	27	Fight
2	3	3	2	18	Resistance
3	3	3	1	9	Put-down
4	3	2	3	18	Resistance
5	3	2	1	6	Tirade
6	3	2	2	12	Standoff
7	3	1	1	3	Dialogue
8	3	1	2	6	Tirade
9	3	1	3	9	Put-down
10	2	3	1	6	Tirade
11	2	3	2	12	Standoff
12	2	3	3	18	Resistance
13	2	2	1	4	Dialogue
14	2	2	2	8	Debate
15	2	2	3	12	Standoff
16	2	1	3	6	Tirade
17	2	1	2	4	Dialogue
18	2	1	1	2	Prudence
19	1	3	3	9	Put-down
20	1	3	2	6	Tirade
21	1	3	1	3	Dialogue
22	1	2	3	6	Tirade
23	1	2	2	4	Dialogue
24	1	2	1	2	Prudence
25	1	1	3	3	Dialogue
26	1	1	2	2	Prudence
27	1	1	1	1	Prudence

Verificamos que às vinte e sete possibilidades fizemos corresponder as oito categorias de disputas aludidas no modelo supramencionado.



5. Medição e análise do trabalho

Analisando os casos de estudo e fazendo uma junção com o modelo apresentado no ponto precedente, iremos construir a respetiva tabela de medição das disputas, explicando o porquê de cada um dos valores apresentados.

Tabela 2 – Tabela síntese da medição das disputas. Fonte: Própria.

Estudo caso	Mobilização	Agravamento	Reciprocidade	Total	Categoria
Arq. São Pedro e São Paulo	1	1	1	1	Prudence
Ilhas Selvagens	1	2	2	4	Dialogues
Ilhas Mar Sul da China	3	2	2	12	Standoff
Ilha de <i>Alborán</i>	2	2	2	8	Debate
Ilhas <i>Chafarinas</i>	2	2	2	8	Debate

No caso do ASPSP, atribuímos a valorização de “um” a todos os fatores das três dimensões fundamentais da conflitualidade, uma vez que não existindo contendores diretos (Ferrão, 2009, p.190), apenas consideramos que o eventual aumento da ZEE brasileira possa trazer desconforto a outros países da América do Sul decorrente do aumento de soberania e de recursos ali existentes, catalogando esta disputa como *Prudence*. Tal como exposto no artigo base anteriormente referido, esta categoria caracteriza-se por “*One antagonist ... is assertive; the other is ... not even willing to responde regularly ...*” (Leng & Gochman, 1982, p.673)

As Ilhas Selvagens, por outro lado, constituem um caso em que para os dois contendores não existe qualquer ato que possa ser considerado dentro da mobilização associado a manobras militares, ainda que seja a Marinha Portuguesa que ali presta auxílio e apoio logístico, mas sempre numa perspetiva de presença naval, pelo que atribuímos a classificação “um”. No que respeita ao agravamento, atribuímos a classificação “dois” em ordem aos crescentes incidentes que vão acontecendo nas águas circundantes às ilhas Selvagens, normalmente através de pescadores Espanhóis, os quais são sempre repudiados pelas autoridades Portuguesas, fazendo assim com que tenhamos atribuído a classificação “dois” para a reciprocidade. Da respetiva multiplicação resulta o valor “quatro”, referente à categoria *Dialogues*, que se distingue pela existência de uma tentativa constante de resolução pacífica dos acontecimentos através de acordos bilaterais.



O “regime das ilhas” na Convenção de *Montego Bay*

Analisando agora o caso das ilhas do Mar do Sul da China, considerámos que para o primeiro fator deveríamos atribuir a classificação “três”, atentas as manobras militares que existem na zona de conflitualidade, com ocupação militar de várias ilhas por parte de vários disputantes. Já no que concerne ao agravamento bem como à reciprocidade, nos tempos mais contemporâneos caracterizam-se por uma tendência média, classificação “dois”, por contraste a épocas durante o século XX onde a escalada de violência foi muito maior. Todos os Estados costeiros mantêm a sua intenção de soberania sobre as ilhas, atuando com os mesmos meios para a exploração dos recursos existentes. No total, o valor 12 corresponde à categoria de *Standoff*, onde mesmo com ações militares declaradas, nenhuma das partes está na condição de recuar perante os seus interesses mas igualmente não existe vontade de elevar o nível das hostilidades.

Finalmente, nos casos das Ilhas de Alborán e das Ilhas Chafarinas, aqui analisadas em simultâneo decorrente das similitudes dos dois casos, atribuímos a classificação “dois” a todos os fatores. Por um lado, nas “duas ilhas” existe uma ocupação militar, não existe consenso entre os disputantes sobre a delimitação marítima dos espaços, e onde a agressão verbal é sempre correspondida de igual modo pela outra parte. O resultado de 8 transporta-nos para a categoria de *Debate*, a qual se distingue pela enorme discussão verbal, mas onde ambos os Estados não desejam avançar para o conflito.



6. Conclusões e recomendações do trabalho

O artigo 121.º da CNUDM representa a base para o enquadramento legal sobre o “regime das ilhas”, mas pela ambiguidade que determina funciona como ponto de discórdia na sua aplicação. Por um lado, preceitua que as ilhas têm o mesmo estatuto que as linhas costeiras na possibilidade de gerar zonas de soberania, tais como o MT, a zona contígua, a ZEE e a PC. Por outro, identifica que os rochedos que não se prestem à habitação humana ou à vida económica não poderão originar aquelas zonas de soberania.

Sendo que também os rochedos se classificam como porções de terra rodeadas de água por todos os lados, seria de esperar que na Convenção houvesse plasmada a distinção entre os dois conceitos, o que não acontece. O mais aproximado que o documento preceitua são os conceitos indeterminados e genéricos de “habitação humana” e “vida económica”, os quais não encontram regulamentação nem definição.

Assim, os Estados costeiros acabam por dispor de uma fenda legal na qual podem albergar ações conducentes a que certos territórios comumente designados por rochedos possam beneficiar do estatuto conferido às ilhas na capacidade de gerar zonas de soberania territorial. Fazem-no através da colocação nesses territórios de pequenas comunidades, normalmente associadas a destacamentos militares, pessoas especializadas em farolagem e expedições científicas, ainda que com uma grande rotação e totalmente dependentes da logística de sustentação que é provida do continente.

No que concerne ao Poder Nacional de um Estado, concluímos que o mesmo depende de inúmeras variáveis, mas nas quais está sempre presente a dimensão territorial, ou de zonas de soberania, associadas ao controlo de rotas marítimas mas principalmente à exploração de recursos vivos e não vivos, onde os energéticos assumem particular e crescente destaque.

Da análise efetuada ao caso de estudo das Ilhas Selvagens, concluímos que existem entre Portugal e Espanha diferenças de interpretação do estatuto das ilhas, as quais motivam a correspondente disputa. Portugal delimitou a sua ZEE entendendo que as mesmas originam 200 MN de ZEE uma vez que se encontram habitadas em permanência pelos faroleiros, enquanto Espanha entende que as mesmas apenas deveriam originar 12 MN de MT, uma vez que a questão da soberania lusa não está em causa. A disputa centra-se nos recursos piscatórios existentes na zona, uma vez que a proximidade em relação às ilhas Canárias origina que os pesqueiros Espanhóis ali exerçam a sua atividade não



O “regime das ilhas” na Convenção de *Montego Bay*

autorizada. Acresce referir que as relações entre os dois países continuam construtivas em ordem a uma solução de consenso, pelo que a aplicação do modelo de conflitualidade resultou numa categorização com a epígrafe *Dialogues*.

No que concerne ao ASPSP, a habitação permanente de cientistas promovida pelo Estado Brasileiro consubstanciou o estatuto de ilha e a delimitação de uma ZEE. Uma vez que esta zona de soberania não conflitua com outro Estado, a disputa em apreço situa-se apenas ao nível de *Prudence*, onde se regista a ausência de fações contrainteressadas.

Já no que concerne às ilhas do Mar do Sul da China, *Paracel* e *Spralty*, a principal conclusão a retirar é que a conflitualidade existente deriva da determinação de quais os Estados soberanos em cada uma das 300 ilhas e não sobre a classificação de ilha ou de rochedo. Como tal, as disputas pelo controlo do mar por onde passa uma das principais rotas comerciais do mundo, bem como pelos conhecidos e abundantes recursos energéticos, existem e conduzem à ocupação das ilhas, normalmente por destacamentos militares. Todos os Estados costeiros defendem as suas posições, embora não se perceba uma tentativa declarada de as consolidar pela força, o que fez desaguar o resultado do modelo de conflitualidade na categoria de *Standoff*, caracterizado por uma elevada mobilização, mas onde os contendores não têm interesse em fazer deflagrar o conflito.

Finalmente, sobre as ilhas de Alborão e Chafarinas, a questão da soberania dos territórios entre Espanha e Marrocos está igualmente a montante da questão da classificação entre ilhas e rochedos. Uma vez que o Reino de Espanha não tem tido uma política declarada de habitar todas estas ilhas em permanência, bem como ainda não procedeu à delimitação da sua ZEE no Mediterrâneo, concluímos que poderá haver um fácil entendimento entre as duas partes, desde que salvaguardada a questão da soberania territorial dos rochedos e dos territórios espanhóis. Assim, o modelo de medição da disputa classificou como *Debate*, uma vez que ao confronto verbal não correspondem ações conducentes ao conflito.

Ancorado no que precede, e na esteira do objetivo do presente trabalho, importa responder às hipóteses que colocámos inicialmente. Sobre a H1²⁵, entendemos que a mesma se verifica, uma vez que a deslocalização de pessoas em permanência para os rochedos confere-lhes a capacidade de se classificarem como ilhas, atenta a sustentação

²⁵ H1 - A “transformação” de rochedos em ilhas faz-se pela instalação de condições para a habitação humana ou vida económica



O “regime das ilhas” na Convenção de *Montego Bay*

daquelas comunidades em condições iguais às que se verificam muitas vezes no continente. No que respeita à H2²⁶, a passagem “jurídica” de um rochedo a ilha confere ao Estado a soberania de mais 430.000 km², aumentando assim o “território”, aqui definido em sentido amplo. De igual modo, a H3²⁷ verifica-se porquanto o poder de um Estado é seguramente alavancado pela sua capacidade de dispor de todo o tipo de recursos. Finalmente a H4²⁸ é igualmente validada, uma vez que o maior poder de um Estado será sempre fonte de conflito, atento o caso das ilhas do Mar do Sul da China onde o maior poderio da RPC leva a que outras potências da região queiram dispor dos mesmos elementos de poder.

No que respeita às questões derivadas, formulámos as seguintes conclusões. No que concerne à QD1²⁹, a transformação de rochedos em ilhas faz-se pela deslocalização de pessoas para ali viverem, independentemente da sua sustentação logística e dos períodos que ali permanecem e até mesmo das condições das habitações. Sobre a QD2³⁰, entendemos que existe o aumento do Poder do Estado costeiro, uma vez que o incremento de zonas de soberania de centenas de milhares de km², com todos os recursos que as mesmas dispõem, influencia positivamente o Poder Nacional. Finalmente, e no que concerne à QD3³¹, entendemos que este aumento do Poder Nacional, e para os casos em estudo, não se revelou como fonte de conflitualidade, uma vez que apenas se tratam apenas de disputas, nunca chegando a eclodir os verdadeiros conflitos e que se perspetivam soluções de entendimento antes que tal aconteça.

No que respeita à Questão Central³², entendemos que apesar de existir a transformação de rochedos em ilhas através da deslocalização de pessoas para os rochedos, que apesar de essas ações conferirem enormes zonas de soberania e de possibilitarem a exploração de recursos, as contendas entre os Estados nunca passaram de disputas, pelo

²⁶ H2-A transformação de rochedos em ilhas influencia o elemento “território” do Poder Nacional.

²⁷ H3-A transformação de rochedos em ilhas influencia o elemento “Recursos” do Poder Nacional.

²⁸ H4-O aumento do Poder Nacional é fonte de conflitualidade.

²⁹ QD1-De que forma se opera a transformação de rochedos em ilhas?

³⁰ QD2-Existe aumento do Poder Nacional de um Estado, aquando da transformação de rochedos em ilhas?

³¹ QD3- O aumento do Poder Nacional originado pela transformação de rochedos em ilhas é fonte de conflitualidade entre os Estados?

³² QC - O aumento do Poder Nacional, que advém da transformação de rochedos em ilhas, é gerador de conflitos?



O “regime das ilhas” na Convenção de *Montego Bay*

que concluímos que o aumento do Poder Nacional, que advém da transformação de rochedos em ilhas não gera conflitos.

Finalizado o presente estudo, e em sede de recomendações, a primeira que fazemos prende-se com a necessidade de se efetuar mais algumas pesquisas inseridas no mesmo racional, uma vez que o mesmo não se encontra esgotado por força dos inúmeros casos que existem espalhados pelo Mundo, e pela possível adoção de novos modelos de análise para este tema.

Ainda que não se vislumbre possibilidade desta recomendação dar frutos ao nível que merece pela complexidade que reveste a abertura de um processo negocial entre os Estados, evidenciamos a necessidade de se rever com urgência a redação do artigo 121.º.

Finalmente, recomendamos que em futuros estudos de assuntos relacionados com a conflitualidade, o modelo que aqui gizamos possa ser usado e melhorado.



Bibliografia

Agreda, Á.G.d. & Vázquez, F.M., 2011. *IEEE - Instituto Español de Estudios Estratégicos*. [Online] Available at: http://www.ieee.es/Galerias/fichero/docs_opinion/2011/DIEEE058-2011MarinasIndiaChina.pdf [Accessed 14 February 2012].

Athans, M., 2001. *Portuguese Research-Universities: Why Not The Best?* Lisbon: Instituto Superior Técnico.

Atmane, T., 2007. *Espana y Marruecos Frente al Derecho del Mar*. 1st ed. Oleiros, La Coruña, Espanha: Netbiblo.

Azcarraga, J.L.d., 1983. *Derecho Del Mar*. 1st ed. Madrid: Publicaciones Del Departamento de Derecho Internacional Publico.

Bautista, L.B., 2006. Thinking Outside the Box: The South China Sea Issue and the United Nations Convention on the Law of the Sea (Options, Limitations and Prospects). *Philippine Law Journal*, 81, pp.699-731.

Bobbio, N., Matteucci, N. & Pasquino, G., 1998. *Dicionário de Política*. 11th ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília.

Böhm-Amolly, A.V., 2012. O ÁRTICO E A DELIMITAÇÃO DOS ESPAÇOS MARÍTIMOS. Lisboa, 5 Janeiro 2012.

Brandão, E.S., 1963. *Direito Internacional Marítimo*. LISBOA: Livraria Clássica Editora.

Brownlie, I., 1990. *Princípios de Direito Internacional Público*. 4th ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Buszynski, L., 2010. Rising Tensions in the South China Sea: Prospects for a Resolution of the Issue. *Security Challenges*, 6, pp.85-104.

Campos, T.F.d.C. et al., 2005. *SIGEP - Comissão Brasileira de Sítios Geológicos e Paleobiológicos*. [Online] Available at: http://sigep.cprm.gov.br/sitio002/sitio002_impresso.pdf [Accessed 16 January 2012].



O “regime das ilhas” na Convenção de *Montego Bay*

Canotilho, J.G. & Moreira, V., 2007. *Constituição da República Portuguesa Anotada*. 4th ed. Coimbra: Coimbra Editora.

Carvalho, L. & Leitão, N., 2005. A noção "estratégica" das ilhas Selvagens. *Revista GeoInova - Biblioteca Pública Regional da Madeira*, pp.267-84.

Castro e Silva, R.d., 1963. *Arte Naval Moderna*. 5th ed. Lisboa: Editorial de Marinha.

Chemillier-Gendreau, M., 2000. *Sovereignty over the Paracel and Spratly Islands*. The Hague: Kluwer Law International.

Chin, C.Y., 2003. *Potencial for Conflict in the Spratly Islands*. Thesis. Monterey: Naval Postgraduate School.

CIRM, C.I.R.d.M., 2005. *Marinha do Brasil*. [Online] Available at: http://www.mar.mil.br/menu_v/amazonia_azul/html/livros.html [Accessed 16 January 2012].

Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, 2011. *Portal de Direito Internacional*. [Online] Available at: <http://www.cedin.com.br/> [Accessed 15 November 2011].

Correia, P.P., 2010. *Manual de Geopolítica e Geoestratégia - Vol I*. Coimbra: Almedina.

Couto, A.C., 1987. *Elementos de Estratégia - Apontamentos para um Curso*. Lisboa: Instituto de Altos Estudos Militares.

CRP, 1990. *CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA PORTUGUESA*. 7th ed. Lisboa: Rei dos Livros.

Duarte, R., 2009. A plataforma continental, o mar e a economia. Para um futuro com história. Lisboa, 2009.

Emmers, R., 2010. *Geopolitics and Maritime Territorial Disputes in East Asia*. 1st ed. Oxon, UK: Routledge.



O “regime das ilhas” na Convenção de *Montego Bay*

Ferrão, M.C., 2009. *A Delimitação da lataforma Continental além das 200 milhas marítimas*. 1st ed. Lisboa: Gradiva.

Ferreirós, A.M., 2011. *IEEE - Instituto Español de Estudios Estratégicos*. [Online] Available at: http://www.ieee.es/Galerias/fichero/docs_opinion/2011/DIEEE006_2011AmbicionesMaritimasChina.pdf [Accessed 05 February 2012].

Ferreirós, A.M., 2011. *IEEE - Instituto Español de Estudios Estratégicos*. [Online] Available at: http://www.ieee.es/Galerias/fichero/docs_opinion/2011/DIEEE045_2011OceanoIndico.pdf [Accessed 18 February 2012].

Flesch, I., Lucas, P. & Weide, T.v.d., 2007. *Conflict-based Diagnosis: Adding Uncertainty to Model-based Diagnosis*. Paper. Radboud University Nijmegen.

Fontoura, L., 2007. O Poder na Relação Externa do Estado. A equação de Cline. In *Estratégia, G.d.e.e.R.d. O Poder na Relação Externa do Estado*. Lisboa: Edições Culturais da Marinha. pp.3-41.

Fórum Defesa, 2011. *forumdefesa.com*. [Online] Available at: <http://forumdefesa.com/forum/viewtopic.php?start=75&t=3834> [Accessed 17 November 2011].

Fundación para el Análisis y Estudios Sociales, F., 2011. *www.fundacionfaes.org*. [Online] Available at: <http://www.fundacionfaes.org/es/search/google?num=10&page=1&q=Las+fronteras+mar%C3%ADtimas+en+el+Derecho+Internacional> [Accessed 12 January 2012].

Furtado, X., 1999. International Law and the Dispute over the Spralty Islands: Whither UNCLOS? *Contemporary Southeast Asia*, 21, pp.386-404.

GDDC, G.d.D.e.D.C., 2002. *gddc.pt*. [Online] Available at: <http://www.gddc.pt/siii/im.asp?id=396> [Accessed 26 Janeiro 2012].



O “regime das ilhas” na Convenção de *Montego Bay*

Giacomini, I., 2011. *You Tube - Broadcast Yourself*. [Online] Brasil Available at: <http://www.youtube.com/watch?v=xk3uV-lqtYo> [Accessed 16 January 2012].

Gonçalves, J.B., 2002. *Senado Federal - Brasil*. [Online] Available at: <http://www.senado.gov.br/senado/conleg/artigos/direito/DireitosBrasileirosdeZona.pdf> [Accessed 16 January 2012].

Goudie, A.S., 2004. *Encyclopedia of Geomorphology*. Londres: Routledge.

Gouveia, J.B., 2003. *Manual de Direito Internacional*. Lisboa: Almedina.

Guedes, A.M.M., 1998. *Direito do Mar*. 2nd ed. Coimbra: Coimbra Editora.

Instituto-Hidrográfico, 1989. *Manual de Navegação*. 4th ed. Lisboa: Instituto Hidrográfico.

Josten, R., 2006. Strategic Communication: Key Enabler for Elements of National Power. *Iosphere*, pp.16-20.

Keyuan, Z., 2005. *China's Marine Legal System and the Law of the Sea*. 1st ed. Koninklijke: Martinus Nijhoff Publishers.

Keyuan, Z., 2005. *Law of the Sea in East Asia*. New York: Routhledge.

Keyuan, Z., 2007. A New Model of Joint Development for the South China Sea. In *Recent Developments in The Law of the Sea and China*. Martinus Nijhoff Publishers. pp.155-71.

Lacleta, J.M., 2003. *Revista Electronica de Estudios Internacionales*. [Online] Available at: <http://www.reei.org/index.php/revista/num7/agora/aguas-espanolas-costa-africana> [Accessed 12 January 2012].

Lagoni, R. & Vignes, D., 2006. *Maritime Delimitation*. Koninklijke: Martinus Nijhoff Publishers.

Larson, J., 1982. *Introduction to Probability Theory And Statistical Inference*. 3rd ed. New York: Jonh Wiley & Sons.

Leng, R.J. & Gochman, C.S., 1982. Dangerous Disputes: A study of Conflict Behavior and War. *American Journal of Political Science*, 26, pp.664-87.



O “regime das ilhas” na Convenção de *Montego Bay*

Lo, C.-k., 1989. *China's Policy Towards Territorial Disputes - The Case of the South China Sea Islands*. New York: Routledge's.

Maciel, C.A., 2003. *Arquipélago de São Pedro e de São Paulo*. Ensaio. Rio de Janeiro: Escola de Guerra Naval.

Mahan, A.T., 1957. *The influence of Sea Power upon History, 1660-1783*. Boston.

Marinha do Brasil, 2012. www.mar.mil.br. [Online] Available at: http://www.mar.mil.br/menu_h/noticias/petroleo/patrimonio_brasileiro.htm [Accessed 15 January 2012].

Mesquita, B.B.d., 1980. An Expected Utility Theory of International Conflict. *The American Political Science Review*, 74, pp.917-31.

Moreira, A., 2003. *Ciência Política*. 7th ed. Coimbra: Almedina.

Morrow, J.D., Simowitz, R. & Price, B.L., 1991. Conceptual Problems in Theorizing about Interntional Conflict. *The American Political Science Review*, 85, pp.923-40.

Most, B.A. & Starr, H., 1983. Conceptualizing "War". *The Journal*, 27, pp.137-59.

Muñoz, J.M.L., 2012. *Real Instituto Elcano*. [Online] Available at: http://www.realinstitutoelcano.org/wps/portal/rielcano/contenido?WCM_GLOBAL_CONTEXT=/elcano/elcano_es/zonas_es/europa/dt34-2004 [Accessed 05 January 2012].

Nye, J.S.J., 2000. *Compreender os Conflitos Internacionais*. 2nd ed. Lisboa: Gradiva.

Porsholt, L., 1971. A Quantitative Conflict Model. *Journal of Peace Research*, 8, pp.55-66.

Prescott, V. & Schofield, C., 2005. *The maritime political boundaries of the world*. 2nd ed. Boston: M. Nijhoff, 2005.

Quadros, F.d., Otero, P. & Gouveia, J.B., 2004. *Portugal e o Direito do Mar*. Lisboa: Biblioteca Diplomática do Ministério dos Negócios Estrangeiros.



O “regime das ilhas” na Convenção de *Montego Bay*

Quivy, R. & Campenhoudt, L.V., 2008. *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa.

Rummel, R.J., 1966. Dimensions of conflict behavior within nations. *The Journal of Conflict Resolution*, 10, pp.65-73.

Schofield, C.H., 2009. *The Trouble With Islands*. Thesis. Vancouver: The University of British Columbia.

Schofield, , 2009. The Trouble with Islands: The Definition and Role of Islandas and Rocks in Maritime Boundary Delimitation. In S.-Y.H.a.J.M.v. Dyke, ed. *Maritime boundary disputes, settlement processes, and the law of the sea*. Koninklijke Brill, The Netherlands: Martinus Nijhoff Publishers. pp.19-38.

Schofield, C. & Wang, D.K.-H., 2012. The Regim of Islands under UNCLOS: Implications for the South China Sea. In *Maritime Energy Resources in Asia*. 37th ed. The National Bureau of Asian Research. pp.61-77.

Shicun, W. & Keyuan, Z., 2009. *Maritime Security in the Soth China Sea*. 1st ed. Surrey, England: Ashgate.

Souza, J.M., 1999. Mar Territorial, Zona Econômica Exclusiva. *Revista Brasileira de Geofísica*, pp.79-82.

Tanter, R., 1966. Dimensions of conflict behavior within and btween nations, 1958-60. *The Journal*, 10, pp.41-64.

Tellegen-Couperus, O.E., 2002. *A short history of Roman Law*. Suffolk: St Edmundsbury Press Ltd.

Treverton, G.F. & Jones, S.G., 2005. Measuring National Power. In Division, R.-N.S.R., ed. *Measuring National Power*. Santa Monica, 2005. RAND Corporation.

UCDP, U.C.D.P., 2012. www.pcr.uu.se. [Online] Available at: <http://www.pcr.uu.se/research/ucdp/definitions/> [Accessed 15 February 2012].



O “regime das ilhas” na Convenção de *Montego Bay*

Valencia, M.J., 2007. The East China Sea Dispute: Context, Claims, Issues, and possible solutions. *Asian Perspective*, 31, pp.127-67.

Valencia, M.J., Van Dyke, J.M. & Ludwig, N., 1995. The Solution for the Spratly Islands ought to look like this. *International Herald Tribune*.

Verduzco, A.G.-R., 1986. *El Nuevo Derecho del Mar*. México: Miguel Angel Porrúa.

Verduzco, A.G.-R., 1989. *Jurisprudencia Internacional en Materia de Delimitación Marítima*. 1st ed. México: Universidad Nacional Autónoma de México.

Verduzco, A.G.-R., 2003. *Temas Selectos de derecho internacional*. 4th ed. México: Universidad Nacional Autónoma de México.

Vieira, M.B., 2003. *Mare Liberum vs. Mare Clausum:Grotius, Freitas, and Selden's Debate on Dominion over the Seas*. [Online] Journal of the History of Ideas Available at: http://mtw160-150.ippl.jhu.edu/login?uri=/journals/journal_of_the_history_of_ideas/v064/64.3vieira.pdf [Accessed 26 Janeiro 2012].

Vieira, M.B., 2003. *Mare Liberum vs. Mare Clausum:Grotius, Freitas, and Selden's Debate on Dominion over the Seas*. [Online] Journal of the History of Ideas Available at: http://mtw160-150.ippl.jhu.edu/login?uri=/journals/journal_of_the_history_of_ideas/v064/64.3vieira.pdf [Accessed 26 Janeiro 2012].

Wikipédia, 2011. *Wikipédia, a enciclopédia livre*. [Online] Available at: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Autodetermina%C3%A7%C3%A3o> [Accessed 25 October 2011].

Xavier, F., 1999. International Law and the Dispute over the Spratly Islands: Whiteher UNCLOS? In *Contemporary Southeast Asia*. ProQuest. p.386.

Zhenmin, L., 2007. The Basic Position of China on the Settlement of Maritime Disputes Through Negotiations. In *Recent Developments in The Law of the Sea and China*. Martinus Nijhoff Publishers. pp.25-31.



Apêndice A – Enquadramento legal – Corpo de conceitos

1. Evolução

Desde sempre que os povos tiveram a pretensão de dominar os mares, atentas as suas necessidades de subsistência numa primeira fase e comerciais, numa segunda, por forma a assegurar diversas rotas de trânsito para os seus navios.

O mar começou por “ser dos Romanos”, aquando da implementação do conceito de *mare nostrum*³³, aplicado inicialmente às conquistas daquele povo a Sul de Itália, mas que rapidamente se generalizou para denominar todo o Mar Mediterrâneo no ano de 30 a.C. (Tellegen-Couperus, 2002, p.32). Posteriormente, com o advento da era dos descobrimentos, o conceito evoluiu para *mare clausum*³⁴ nos séculos XV a XVII, onde as potências ibéricas reclamavam para si o controlo dos mares sob sua jurisdição, a qual consubstanciaram através dos tratados de Alcáçovas de 1479 e do Tratado de Tordesilhas assinado em 1494. Importa referir que este processo tinha, a seu tempo, a legitimidade da Igreja, que através das bulas *Inter Coetera* de 1493, *Romanus Pontifex* de 1455 e bula *Ea Quae Pro Bono Pacis* de 1506 funcionava como um tribunal internacional para os Mares, resolvendo algumas das disputas de então.

Posteriormente, no séc. XVII, surgem novas potências marítimas, como o caso da Inglaterra e da Holanda, com crescentes ambições na disputa dos mares. Assim, em 1609, o jurista holandês Hugo Grotius produziu um tratado intitulado *Mare Liberum*³⁵ em clara oposição ao conceito anterior como forma de justificar o livre acesso aos mares das “Índias Ocidentais” pelos navios Holandeses.

Aquele tratado foi totalmente contestado na península Ibérica, unificada sob o regime de Castela à data, de tal forma que foi uma publicação proibida pela Inquisição. Também em Inglaterra aquele documento foi rebatido, neste caso pela obra de Jonh Selden em 1635, o qual reformula o conceito de *Mare Clausum* associando ao território terrestre a possibilidade de conquista do mar, criando novos conceitos que ainda hoje vigoram e são

³³ Do latim para “Nosso Mar”

³⁴ Do latim para “Mar fechado”

³⁵ Do latim para “Mar livre”



O “regime das ilhas” na Convenção de *Montego Bay*

aceites mundialmente entre os vários Estados costeiros, como o de mar territorial. (Vieira, 2003, p.3)

Já no século XX, surge o conceito de *Res Communis Omnium*³⁶ associado aos mares, e onde, para além das águas contíguas aos respetivos Estados, se convencionou entre os mesmos a existência de uma zona de domínio comum, que a todos pertence e que por todos deve ser usado e respeitado, segundo algumas regras. A consubstanciação deste pensamento e destas regras foi reduzida a escrito nos tratados de *Versailles* e *Saint Germain* (1919), de *Trianon* (1920) e na Declaração de Barcelona (1921). Igualmente, o mesmo desiderato foi preceituado no Pacto da Sociedade das Nações (1920) e na Carta das Nações Unidas (1945). Acresce reforçar que o conjunto de preceitos legais que regem os direitos e as obrigações insitos neste tema foram plasmados na Conferência de Codificação da Haia (1930), na Convenção de Genebra (1958) e mais recentemente no documento que encerra em si o código que rege esta matéria nos nossos dias para a maioria dos países, a Convenção de *Montego Bay* de 1982. (Böhm-Amolly, 2012, p.8) Esta Convenção foi assinada em 10 de Dezembro por 119 Estados, tendo até 1984 assinado mais 40, bem como algumas organizações internacionais tais como a Comunidade Económica Europeia.

De facto, também os Estados, nas suas relações, precisam de regras para se relacionarem, enquanto materialização política, económica e social do agrupamento dos indivíduos que os compõem. “Os Estados têm-se visto forçados a concertar em repetidos congressos e conferências as questões económicas e políticas que os [afetam]. Sentem e afirmam uma consciência internacional a par das suas vidas nacionais (...). (Brandão, 1963, p.4). Assim, e reduzindo a uma forma muito simples, afirmamos que tal como para os indivíduos se aplica o direito interno de cada Estado, para o direito internacional a sua base é o reconhecimento da vontade dos Estados.

Arriscamos uma definição em sentido amplo, onde o DIM representa um conjunto de regras e de princípios que regulam a existência e o funcionamento da comunidade internacional, entendida como o somatório dos sujeitos internacionais, como sejam os Estados, as organizações infra-estaduais e supra-estaduais.

³⁶ Na nossa tradução livre e em sentido amplo significa: Domínio comum



2. Portugal e o Direito Internacional Marítimo

Num mundo cada vez mais globalizado, onde os Estados estão cada vez mais próximos e com fenómenos de interdependência cada vez mais abrangentes e contundentes, o DIM é uma realidade enquanto garante do cumprimento das normas internacionais, que funciona como uma regulação às diferenças dos vários direitos internos de cada país. Este mecanismo de regulação deixa, ainda assim, uma margem de adaptação e de ajustamento aos diversos sistemas constitucionais, sem nunca se colocar em detrimento do desiderato de uniformização e de consensualidade.

O Estado Português, desde sempre sensível a estas questões e em desejo permanente de construção, sempre adotou no seu direito preceitos legais que pudessem albergar as normas internacionais. Nesse sentido, o documento primeiro da moldura legal interna, a CRP, prevê no seu espírito aquela ligação suave. Deste modo, o seu artigo 8.º plasma o que importa trazer à colação:

“1. As normas e os princípios de direito internacional geral ou comum fazem parte integrante do direito português. 2. As normas constantes de convenções internacionais regularmente ratificadas ou aprovadas vigoram na ordem interna após a sua publicação oficial e enquanto vincularem internacionalmente o Estado Português. 3. As normas emanadas dos órgãos competentes das organizações internacionais de que Portugal seja parte vigoram directamente na ordem interna, desde que tal se encontre estabelecido nos respetivos tratados constitutivos.” (CRP, 1990, p.10)

Deste modo, o direito interno Nacional abraça de uma forma franca e inequívoca as convenções internacionais ratificadas. Contudo, em sede de competências do espectro público português, detalhamos a distribuição de poderes pelos vários órgãos, com o objetivo de evidenciarmos quem amarra de facto o Estado. Assim, é ao poder executivo, e em exclusivo, que compete a faculdade de avançar com um processo conducente à assinatura de um tratado internacional. Posteriormente a Assembleia da República tem um papel decisivo e fundamental para efetuar a sua aprovação, e, finalmente, compete ao poder presidencial a competência para a celebração das convenções internacionais. (Gouveia, 2003)

Acresce referir que a data de depósito do instrumento de ratificação da CMB por parte da República Portuguesa ocorreu em 03 de Novembro de 1997 (GDCC, 2002)



3. Conceitos

Importa nesta fase de enquadramento concetual revisitar alguns dos conceitos que, ínsitos na principal fonte de DIM referente aos assuntos do mar, a *United Nations Convention on Law of the Sea* (UNCLOS), 1982, poderão no decorrer do presente trabalho serem chamados para ilustrar e definir algumas das situações práticas que veremos.

Estes conceitos, abordados de uma forma superficial, atento o objetivo do presente documento, derivam da divisão dos mares e duas zonas perfeitamente distintas. Por um lado, o alto mar, pertença de todos e inserido na categoria de *Res Communis Omnium*, domínio público, e, por outro, as águas sob soberania e jurisdição dos Estados costeiros. Atentemos nesta última para analisarmos os seguintes conceitos, igualmente ilustrados nas figuras 15 e 16.

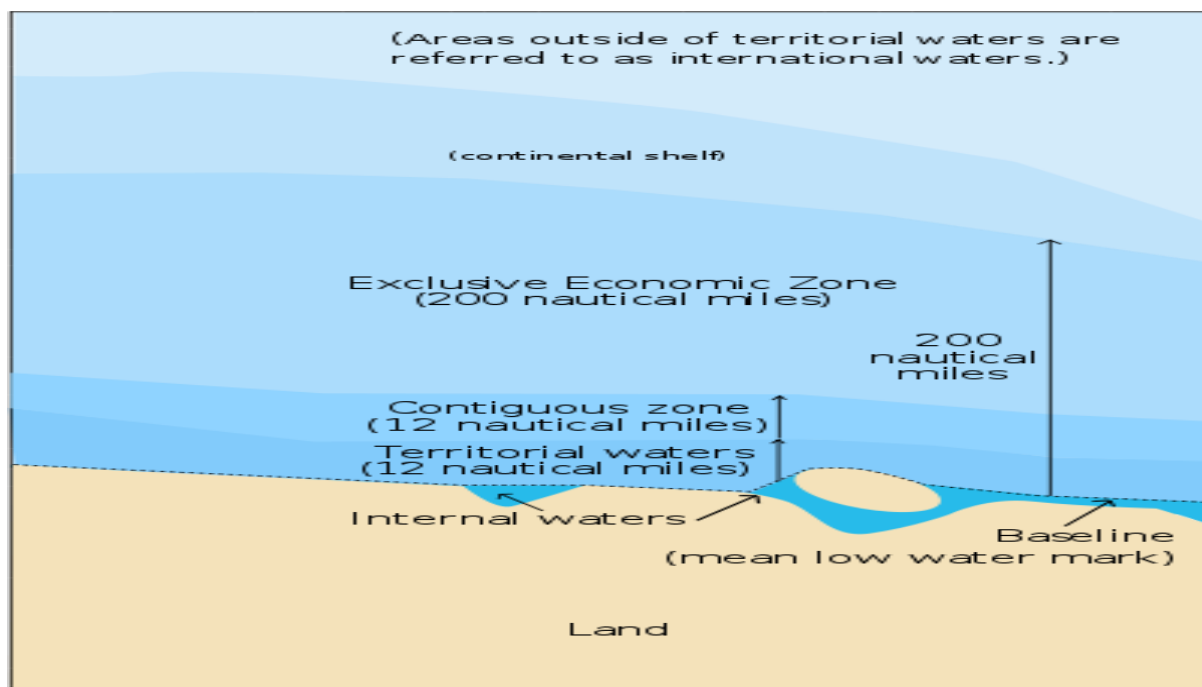


Figura 15 – Áreas fora das águas territoriais. Fonte: *Google images*

Decorrente da análise da figura número 2, vejamos o conceito de Águas Interiores, previsto no artigo 8.º, e segundo o qual as águas situadas no interior da linha de base do mar territorial fazem parte das águas interiores. O conceito de “linhas de base retas” aparece definido no artigo anterior, o qual determina, dito de uma forma muito geral e simplista, que estas linhas são no essencial o prolongamento da linha de costa natural.

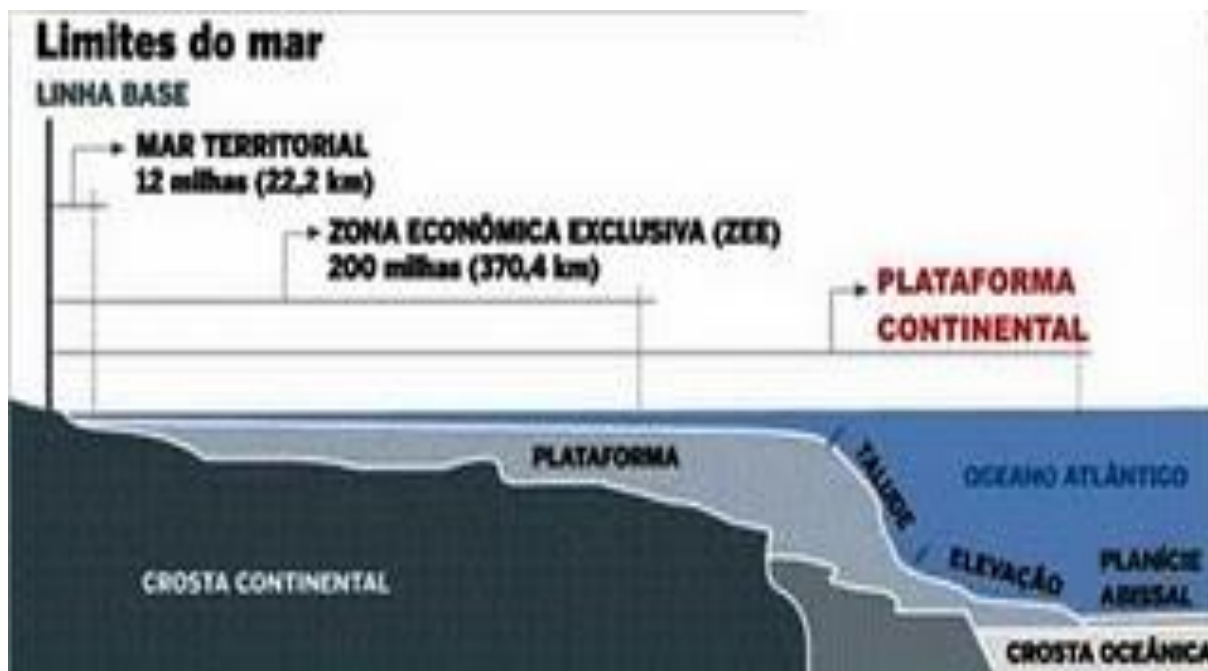


Figura 16 – Limites do mar. Fonte (Böhm-Amolly, 2012, p.9)

Definido no artigo 3.º temos o conceito de mar territorial, definido em largura até às 12 milhas náuticas das linhas de base retas. Não é despendendo exortar a natureza jurídica dos poderes dos Estados costeiros detém sobre estas águas, assim definidos naquela Convenção, e segundo a qual os poderes são idênticos aos exercidos em terra firme, sobre a camada aérea sobrejacente, as colunas de água existentes, o solo e também o subsolo.

Uma vez que o conceito de mar territorial determina a definição unilateral de soberania sobre um determinado espaço, esta disposição poderá não ser aplicada quando existam circunstâncias especiais ou direitos históricos que obriguem ao uso de uma outra forma.

A Convenção define também a designada zona contígua, situada para além do MT, numa extensão máxima de 24 MN contadas a partir das linhas de base retas, conforme preceituado no artigo 33º. Difere esta zona do mar territorial apenas nos poderes jurídicos dos Estados costeiros, onde, neste caso, pode apenas efetuar as medidas de controlo e de fiscalização que entender, na superfície e nas colunas de água.

Vejamos agora o conceito de ZEE, definida na parte V da CNUDM, artigo 55.º e seguintes. Conceito que surge por motivação dos estados recentes criados no século XX por força os movimentos de descolonização, e que vem conferir a novos Estados costeiros uma extensão considerável do seu território. Trata-se de um acréscimo até 200 MN para além das linhas de base retas, compreendendo a camada aérea sobrejacente (limite do



O “regime das ilhas” na Convenção de *Montego Bay*

espaço aéreo), superfície e colunas de água e fundos marinhos subjacentes. Por força do exposto no artigo 56.º, aos Estados costeiros assiste o direito de soberania para exploração, aproveitamento, conservação e gestão de recursos naturais vivos e não vivos bem como o aproveitamento para fins económicos de toda a ZEE. De igual modo, confere aquele preceito legal a jurisdição para a colocação e utilização de estruturas e ilhas artificiais, investigação científica e proteção do meio marinho.

Ínsito neste conceito, vejamos a questão da delimitação das águas que o assiste em sede de DIM. De acordo com a CNUDM, colocam-se dois princípios como possíveis: o princípio da equidistância e o princípio da equidade, tendo prevalecido o primeiro, salvo quando acontecem determinadas circunstâncias especiais, onde o critério da equidade surge como ferramenta para evitar “cortes cegos”.

No que respeita ao conceito de PC, recuamos a 28 de setembro de 1945 para encontrar a sua génese numa declaração do Presidente dos Estados-Unidos da América (EUA), Harry Truman, segundo o qual «*The Government of the US regards the natural resources of the subsoil and seabed of the continental shelf beneath the high seas but contiguous to the coast of the US as appertaining to the US, subject to its jurisdiction and control.*» (Böhm-Amolly, 2012, p.13) Partindo desta declaração, a CMBacaba por incorporar na sua parte VI os precisos legais que enformam este conceito o qual compreende o leito, subsolo, talude e elevação das áreas submarinas. A sua extensão terá como limite máximo as 350 MN medidas a partir das linhas de base ou até 100 MN da isóbata dos 2.500 m.

O artigo 70.º define que os poderes do Estado costeiro sobre a plataforma continental compreendem a exploração e extração e aproveitamento dos recursos naturais. Trata-se de direitos exclusivos independentemente de estarem a ser usados, e onde as atividades de aproveitamento por outros Estados só são possíveis depois do seu consentimento expresse. A natureza jurídica dos poderes do Estado costeiro confere-lhe direitos limitados, uma vez que para além do que está previsto no regime de alto mar, não poderá haver oposição à colocação de cabos e oleodutos submarinos por parte de outros Estados.

Outro conceito de grande importância nesta conjuntura, é o de Alto Mar, definido na parte VII da Convenção em mérito. Compreende as águas marítimas não incluídas nas ZEE's, nos mares territoriais, nas águas interiores e nas águas arquipelágicas, nas



O “regime das ilhas” na Convenção de *Montego Bay*

dimensões aérea, superfície e colunas de água. Goza do estatuto de *res communis omnium*, sendo classificado como Património Comum da Humanidade e usado para fins pacíficos em benefício da mesma.

Igualmente no mesmo espírito, surge na parte XI o conceito de área, definida no artigo 1º como “significa o leito do mar, os fundos-marinhos e o seu subsolo além dos limites da jurisdição Nacional”. A sua origem é atribuída a Arvid Pardo, embaixador maltês na ONU que em 18 de agosto de 1967 a propôs da seguinte forma: «Reserva, exclusivamente para fins pacíficos, dos fundos marinhos e oceânicos e respetivo subsolo no alto mar, fora dos limites da jurisdição nacional atual e da utilização dos seus recursos no interesse da Humanidade.» Assim, a área foi criada na CNUDM como património comum da Humanidade utilizada exclusivamente para fins pacíficos e em benefício de toda a Humanidade.

4. Geopolítica internacional e a CNUDM

Existem ao longo da história inúmeras visões sobre a geopolítica mundial, várias opiniões e teses sobre a determinação de uns fatores sobre outros, da predominância de alguns elementos em detrimento de outros, não se conseguindo, naturalmente, encontrar consenso. Mas, adiantamos que existem em todas elas alguns pontos de tangência, um dos quais a importância que os recursos, em sentido lato, desempenham na consolidação dos respetivos Estados que os detenham. Na esteira do precedente, concluímos ainda que no Mar estão muitos dos recursos que a Humanidade consome quotidianamente, e seguramente muitas fontes que ainda não foram exploradas ou descobertas.

Assim, algumas teorias geopolíticas classificadas como deterministas ou possibilistas, cujo ênfase se situa nos fatores físicos e geográficos, calculam o Poder marítimo como determinante e fundamental para se obter o Poder mundial.

“A soma de forças e fatores, instrumentos e circunstâncias geográficas, que cooperam para conseguir domínio do mar, garantir o seu uso e impedi-lo ao adversário” foi a definição de poder marítimo usada por Alfred Mahan, (Correia, 2010, p.156) e a qual sintetiza, em nosso entender o âmago do presente trabalho numa visão geopolítica: a possibilidade de usar rochedos como ilhas, conferindo-lhe ZEE e PC constitui, seguramente, um fator, um instrumento e uma circunstância geográfica capaz de cooperar para dominar aquela parte do mar e, seguramente, para impedir o uso pelos adversários.



O “regime das ilhas” na Convenção de *Montego Bay*

Não podemos negar a existência do princípio da liberdade do uso do alto mar, definido como domínio comum e património de toda a Humanidade, princípio este defendido pela ONU, em geral, e na CMB em particular. Prevê o uso pacífico de navegação e de sobrevoo, a investigação científica, a colocação de cabos e dutos submarinos, enfim, uma miríade de situações desde que sejam pacíficas e que contribuam para o bem-estar global.

Contudo, no final do século XX e princípio do século XXI, assistimos a uma mudança vertiginosa do xadrez mundial, onde o perigo já não reside nos grandes exércitos, mas sim em ameaças assimétricas com origem incerta e alvos totalmente imprevisíveis. Acresce a este elemento um outro da nossa autoria: no Mar, em sentido amplo, incluindo as zonas subjacentes, residem as únicas áreas de ninguém, os únicos territórios que no Mundo não têm um Estado como detentor, que não fazem parte de qualquer soberania. E acrescentamos, que nesses territórios pertença de todos, existem, por explorar, inúmeras fontes de recursos.

Por tudo isto, assistimos a novas formas de assunção de poder marítimo e de novas capacidades navais, onde os estados talassocráticos assumem cada vez mais a sua “maritimização”, incrementando fortemente as suas “Blue Water Navies”³⁷. Seguramente que a curto prazo assistiremos a uma alteração da ordem Mundial, onde a própria CMB, enquanto instrumento regulador de disputas territoriais ínsitas no mar, poderá não ser suficiente para agarrar a paz mundial. Ancorado no presente racional, importa referir que Estados costeiros como os EUA ainda não ratificaram aquela Convenção, o que representa uma fenda grave no muro da consistência e da coexistência pacífica ente os Estados costeiros do mundo. Recordando o que a montante referimos como a evolução do domínio dos mares até ao conceito de *mare liberum*, seguramente assistiremos nos próximos anos a um retrocesso para o primeiro conceito, o de *mare nostrum*, ilustrando assim a busca por novos recursos, novos territórios, numa corrida pela ocupação de todos os espaços existentes. (Böhm-Amolly, 2012, p.19)

³⁷ Termo comumente propalado para designar meios navais com capacidade de operar em áreas longe da costa, em águas muito profundas.



Apêndice B – Enquadramento Poder Nacional – Corpo de conceitos

1. Enquadramento

O escritor britânico, Jonh Evelyn (1620-1706), sucessor do corsário inglês Sir Walter Raleigh, preconizou a seguinte fórmula sobre o domínio mundial: “Quem dominar os oceanos domina o mercado mundial; quem dominar o mercado mundial, domina as riquezas mundiais; quem for o senhor das riquezas mundiais, domina o próprio mundo” (Correia, 2010, p.156). Entendemos que esta ideia encerra no seu âmago o principal que podemos usar para ilustrar o enquadramento ao presente trabalho, atenta a decisiva e vital importância que a posse das riquezas sitas nos Oceanos mundiais têm e terão no posicionamento de domínio dos Estados.

Para tal, a busca por territórios torna-se incessante, numa perspetiva que evoluirá seguramente para a ocupação total de todos os espaços situados em todas as superfícies do planeta. Os mares e os seus fundos constituem um desses desideratos, atentas as fontes energéticas que poderão albergar, em binómio com a crescente capacidade de utilização das respetivas técnicas para a sua exploração.

Desde sempre que as ilhas foram motivo de inspiração e sinónimo de um porto seguro enquanto disrupção com a incerteza do mar. Se fizermos a análise da sua definição enquanto uma porção de terra rodeada de água por todos os lados, consegue ser tão abrangente que não identifica que tipo de terra ou que género de água, não nos permitindo fixar na ideia da água azul transparente e de areia branca.

Neste âmbito, também os rochedos se classificam como ilhas, cabem na definição, embora veremos mais adiante as especificidades que uma visão jurídica podem mudar completamente o seu enquadramento e o seu conceito.

Tendo presente que muitos dos grandes países do mundo são ilhas, facilmente associamos a ideia de ilha, de terra, ao de território, de espaço onde um determinado Estado exerce a sua soberania, independentemente das características geomorfológicas que a mesma tenha, chegando assim ao conceito de Poder Nacional, alavancado pela dimensão territorial baseada na existência de mais e de melhores recursos, em sentido amplo.

“Em seu significado mais geral, a palavra Poder designa a capacidade ou a possibilidade de agir, de produzir efeitos. Tanto pode ser referida a indivíduos e a grupos humanos como a objetos ou a fenômenos naturais. (Bobbio et al., 1998)”



O “regime das ilhas” na Convenção de *Montego Bay*

A definição leva-nos para a capacidade de produzir efeitos nos outros, o que ao nível dos Estados, pressupõe a existência e a capacidade de usar determinados recursos que façam essa diferença. Na maioria dos casos, recursos entendidos em sentido amplo, uma vez que na maioria dos casos a posse territorial é que origina a possibilidade de converter recursos naturais em vantagem diferenciadora, ou por conversão em instrumentos de poder ou por negação do seu uso em casos de exploração no exterior.

Referimos a expressão instrumentos de Poder para designar os recursos que podem influenciar decisivamente a edificação da dimensão do Poder de um Estado. Atentos os autores que refletem neste tema, assim encontramos inúmeros daqueles instrumentos, não existindo uma consensualidade sobre quais os mais importantes. Elencamos alguns que são comumente aceites, e que a jusante detalharemos: território, população, recursos naturais, dimensão económica, poder militar e regime política. Contudo, a forma como cada um deles é utilizado determina igualmente o sucesso. “A conversão do poder é a capacidade de converter o poder nacional, avaliado com base nos recursos, em poder real, avaliado com base na alteração do comportamento de outros”. (Nye, 2000, p.71)

Assim, a forma como o Poder é exercido varia em cada situação. Existem Estados que o usam como forma de persuasão ou até mesmo de manipulação, outros usam-no como ameaça e outros ainda como estímulo e recompensa (Bobbio et al., 1998), desencadeando as respetivas reações nos outros Estados com interesses naturalmente antagónicos o que nos obriga a navegar para o conceito de conflitualidade associado ao exercício do Poder.

Constitui doutrina dos EUA, através do seu *Field Manual 3-0, Operations*, que “*instruments of national power as Diplomatic, informational, military, and economic, normally referred to as the DIME*”. Aquela publicação usa o acrónimo atrás referido para definir a estratégia como “*a prudent idea or set of ideas for employing the instruments of national power in a synchronized and integrated fashion to achieve theater, national, and/or multinational objectives*”. Igualmente na publicação *Joint warfare of the armed Forces of the United States* o conceito DIME é referido como base na segurança Nacional. Em complemento, aquele desenvolveu mais uma série de acrónimos para aplicação directa do conceito nas operações militares no terreno, como sejam o DIMEFIL (Diplomatic, Information, Military, Economic, Intelligence and Law Enforcement), o MIDLIFE (Military, Intelligence, Diplomatic, Law enforcement Information, Finance, Economic), o



ASCOPE (Areas, structures, Capabilities, Organizations, People, and Events) e o PMESII (Political, Military, Economic, Social, Informational, Infrastructure). Todos estes conceitos disponibilizam uma serie de ferramentas que ajudam a construir a melhor analise de cada cenário operacional, mas sempre com o conceito inicial do DIME como base para o respectivo modelo de aplicação.

2. Modelos matemáticos de quantificação do Poder Nacional

A jusante dos conceitos empíricos que enformam a doutrina sobre o Poder Nacional, analisaremos agora alguns modelos matemáticos com o objetivo de percebermos, também aqui, quais os fatores escolhidos nos diversos modelos.

(Couto, 1987) Apresenta dois modelos que analisamos superficialmente.

No modelo de *Spykman*, este autor relaciona o poder mássico com o poder dinâmico, surgindo a expressão $V = \vec{Q} \times 1/ED$, onde Q representa o potencial mássico agregado com o fator dinâmico (\rightarrow), E é o atrito ou a resistência do meio e D é a distancia a que o potencial mássico se encontra do seu ponto de aplicação. V representa o poder nesse mesmo local e numa situação concreta.

Outro modelo, a conceção de *Fucks*, este estabeleceu através de uma expressão matemática a existência de três índices, um baseado na produção de aço e na população, um segundo na produção de energia e na população e um terceiro índice global que abrange os dois anteriores.

Um outro modelo, mais divulgado, é a equação de Cline. O professor americano Ray S. Cline, em 1977 estudou o Poder Nacional para analisar as capacidades de um Estado em iniciar uma guerra. A equação foi concebida por $Pp = (C+E+M) \times (S+W)$. Os termos da equação têm a seguinte tradução: Pp =poder percebido: C =massa crítica=população + território; E =capacidade económica; M = capacidade militar; S = estratégia nacional e W = vontade Nacional. Decorrente de uma análise superficial, enunciamos apenas que a variável “capacidade económica” encerra seis indicadores: Produto Nacional Bruto, Energia (dependência energética), Recursos minerais críticos, Capacidade Industrial, Recursos alimentares e o Comercio Internacional.

Como se depreende do que antecede, uma das variáveis comuns a todos os modelos analisados são os “recursos”, surgindo a dimensão “território” como capacidade de fazer emergir aqueles recursos.